

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NÍVEL MESTRADO**

SANDRO LIMA SCHWAN

EDUCAÇÃO FINANCEIRA:

**Influência da inadimplência e poupança na formação de futuros
empreendedores entre os universitários no município de Taquara RS**

TAQUARA

2022

SANDRO LIMA SCHWAN

EDUCAÇÃO FINANCEIRA:

**Influência da inadimplência e poupança na formação de futuros
empreendedores entre os universitários no município de Taquara RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

Orientadora: Profa. Dra. Dilani Silveira Bassan

TAQUARA

2022

SANDRO LIMA SCHWAN

EDUCAÇÃO FINANCEIRA:

**Influência da inadimplência e poupança na formação de futuros
empreendedores entre os universitários no município de Taquara RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

BANCA EXAMINADORA

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Dedico esta Dissertação aos meus pais, que mesmo com poucos anos de estudo, souberam me mostrar a importância da educação para formação do ser humano e que infelizmente não puderam desfrutar esse momento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a oportunidade de cruzar essa jornada de superação e crescimento pessoal.

Agradeço às minhas filhas, Sofia e Catarina por suportarem todo o processo ao meu lado, nem sempre com paciência, mas sempre com entendimento de que era necessário.

Agradeço aos professores por todo o conhecimento transmitido, em especial a minha orientadora, Dra Dilani Silveira Bassan que além das orientações, foi compreensiva e empática em todos os momentos de dificuldade.

Agradeço aos meus colegas de mestrado pela parceria, trocas, risadas, consolos em todo o percurso do mestrado, mas em especial as minhas amigas “Amandas” que nunca me deixaram desistir.

E por fim, mas não menos importante, agradeço a mim! Que apesar de todas as dificuldades externas que surgiram durante o processo, pude concluir essa jornada, sempre com a certeza de que não estava sozinho!

“Se as coisas não acontecem como desejamos, deveríamos desejá-las do modo que elas acontecem” (Aristóteles, 384 - 322 a.C.)

RESUMO

Esta dissertação apresenta a pesquisa realizada sobre a influência da Educação Financeira entre os universitários propensos ao empreendedorismo. A Educação Financeira pode ser definida como “o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento sobre os conceitos e os produtos financeiros” (OCDE, 2005). O problema de pesquisa buscou responder qual a influência da inadimplência e da poupança na formação de novos empreendedores. A pesquisa teve como objetivo geral verificar a influência da inadimplência e da poupança na formação de empreendedores entre os universitários. Para isto foi realizada pesquisa quantitativa com universo de 250 alunos. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa via questionário enviado aos universitários de uma instituição de ensino superior localizada no município de Taquara/RS, a fim de levantar dados socioeconômicos, nível de renda e poupança, inadimplência e o desejo de empreender, entre outros. Foram validados 87 questionários e a análise verificou um bom nível de alfabetização financeira dos participantes, apresentando baixo endividamento para 62% dos questionados, com comprometimento de menos de 30% da sua renda mensal. A pesquisa se propôs a investigar a inadimplência como fator inibidor do crédito para capital de giro e formação de novos negócios. Nesse aspecto, o resultado encontrado foi positivo, pois 86,2% dos participantes possuem o nome limpo e 72,4% alegaram que poderão quitar as dívidas em dia nos próximos 6 meses. Apesar disto, apontou que, 15,4% dos universitários com desejo de empreender não possuíam poupança e estavam com “nome sujo”, impossibilitando a tomada de crédito para iniciar seus negócios. Este impacto sobe para 23,1% quando incluímos os que possuem nome limpo, mas estão endividados com mais de 30% da renda comprometida e sem acesso a crédito.

Palavras-chave: Educação Financeira. Inadimplência. Poupança. Empreendedorismo.

ABSTRACT

This dissertation presents the research conducted on the influence of Financial Education among university students inclined towards entrepreneurship. Financial Education can be defined as 'the process by which consumers and investors enhance their understanding of financial concepts and products' (OECD, 2005). The research problem sought to answer the influence of delinquency and savings in the formation of new entrepreneurs. The overall aim of the research was to verify the influence of delinquency and savings in shaping entrepreneurs among university students. A quantitative research was conducted with a sample of 250 students. Data was gathered through a questionnaire sent to university students from an institution of higher education located in the city of Taquara/RS, aiming to collect socio-economic data, income levels, savings, delinquency, and the desire to undertake, among other factors. 87 questionnaires were validated, and the analysis indicated a good level of financial literacy among the participants, with 62% reporting low indebtedness, with less than 30% of their monthly income committed. The research aimed to investigate delinquency as an inhibiting factor for access to working capital and the establishment of new businesses. In this regard, the findings were positive, as 86.2% of the participants had a clean credit record, and 72.4% claimed they would be able to repay their debts on time within the next 6 months. However, it pointed out that 15.4% of students with a desire to undertake did not have savings and were in debt, which prevented them from accessing credit to start their businesses. This impact rises to 23.1% when including those with a clean credit record but are in debt with more than 30% of their income committed and without access to credit."

Key-words: Financial Education. Delinquency. Savings. Entrepreneurship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Variação global de cultura financeira (Porcentagem de adultos que são financeiramente alfabetizados)	25
Figura 2 – Perfil do Endividamento do Consumidor	41
Figura 3 - Nível de Endividamento (% em relação ao total de famílias)	42
Figura 4 - Taxa (em %) e estimativas (em unidades) de empreendedorismo segundo o estágio e potenciais empreendedores - Brasil – 2018/2019	56
Figura 5 - Percentual da população segundo "os sonhos profissionais": comparação entre indivíduos não empreendedores e empreendedores por estágio - Brasil – 2019	57
Figura 6 - Principais fatores limitantes para a abertura e manutenção de novos negócios segundo os especialistas entrevistados - Brasil – 2019	57
Figura 7 - Sugestões da população sobre ações para estimular as pessoas a se tornarem empreendedoras - Brasil 2019	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Poupança doméstica bruta em países selecionados (Em % do PIB) 2017	46
Gráfico 2 - Poupança doméstica bruta em países selecionados da América do Sul (Em % do PIB de 2017)	47
Gráfico 3-Poupança: Diversos Setores (Em % do PIB)-SCN 2010: 2000-2014	48
Gráfico 4 - População que poupa p/ velhice: Mais Ricos x Mais Pobres (Em % População Maior de 15 anos)	48
Gráfico 5 - Poupança das Famílias (Em % da Renda Disponível das Famílias) países selecionados – 2009	49
Gráfico 6 - Faixa de renda - salário mínimo 2022	64
Gráfico 7 - Percentual de renda comprometida com financiamentos	65
Gráfico 8 - Percentual de universitários com nome limpo	66
Gráfico 9 - Capacidade de honrar dívidas em 6 meses	66
Gráfico 10 - Compreensão do significado de Educação Financeira	69
Gráfico 11 - Opinião sobre o conteúdo da EF na escola	71
Gráfico 12 - Ensino de EF fora da escola	71
Gráfico 13 - Contato com a EF de forma independente	72
Gráfico 14 - Capacidade para tomar “boas” decisões financeiras	74
Gráfico 15 - Hábito de poupar mensalmente	74
Gráfico 16 - Valor da poupança em relação à renda	75
Gráfico 17 - Objetivo para a poupança	76
Gráfico 18 - Desejo de empreender	77

Gráfico 19 - Desejo de empreender em até 3 anos

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Frequência de respostas para capacidade de honrar dívidas em 6 meses	
67	
Tabela 2 - Frequência de respostas significado educação financeira	68
Tabela 3 - Contato prévio com a educação financeira	70
Tabela 4 - Preparo para tomada de decisão financeiras	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CAPÍTULO 1: EDUCAÇÃO FINANCEIRA	17
2.1 Educação Financeira no Brasil	23
2.1.1 Educação Financeira entre universitários	29
3 CAPÍTULO 2: ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA	33
4 CAPÍTULO 3: POUPANÇA	41
5 CAPÍTULO 3: EMPREENDEDORISMO	50
6 METODOLOGIA	60
7 ANÁLISE DE DADOS	62
7.1 Perfil dos participantes	62
7.2 O comportamento dos participantes nos critérios endividamento e poupança	64
8 CONCLUSÃO	81
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	83
TCLE	95

1 INTRODUÇÃO

O Brasil enfrentou grandes flutuações no índice de inflação no final do século XX, mais especificamente nas décadas de 1980 e 1990, onde os preços dos produtos e serviços aumentaram muito e de forma rápida. Diante da falta de estabilidade nos preços, as pessoas passaram a adotar estratégias para contornar a crise, gastando todo o dinheiro que tinham ao menor sinal de aumento dos preços. Assim como vimos na pandemia, as compras de supermercado passaram a ser feitas em grande quantidade para constituir estoques, mas não pela possível falta e sim devido à rápida escalada dos preços. Várias foram as tentativas para solucionar a situação econômica do país, porém a estabilidade só foi alcançada no final dos anos 1990, com a introdução do Real como nova moeda. No entanto, os hábitos adquiridos nesse período continuam impactando negativamente a população até os dias atuais (TEIXEIRA, 2020).

Ainda de acordo com a autora, após a estabilização da economia, houve um aumento significativo na oferta de linhas de crédito, porém os hábitos da população em relação ao uso do dinheiro não mudaram e as pessoas passaram a abrir e utilizar contas bancárias. A estabilização da inflação, maior acesso às linhas de crédito, e os velhos hábitos resultaram em uma demanda cada vez mais evidente por consumo. As pessoas começaram a consumir não apenas o que precisavam, mas também o que acreditavam poder adquirir devido à facilidade em obter produtos e serviços (TEIXEIRA, 2020). Este cenário de consumo elevado e utilização sem necessidade de linhas de crédito pode resultar em endividamento elevado e até inadimplência, fazendo com que os consumidores não tenham acesso ao crédito em momentos de reais necessidades.

O tema central da pesquisa é Educação Financeira (EF), assunto vastamente discutido pela literatura. Sem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim de relacioná-lo à formação de futuros empreendedores, tem-se por base a análise por meio de dois pilares principais: a inadimplência e a taxa de poupança. Sendo assim, o tema foi delimitado visando apontar a influência da inadimplência e da poupança na formação de futuros empreendedores entre os universitários de uma instituição de ensino superior no município de Taquara/RS.

A EF vem ganhando espaço e importância nos últimos anos por meio de ações do Governo Federal. Em 2010 foi instituída a Estratégia Nacional de

Educação Financeira (ENEF) em parceria do Ministério da Educação e entidades não governamentais (BRASIL, 2010). Em 2017 o assunto ganhou ainda mais importância com a inclusão da Educação Financeira no currículo escolar através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017).

Considerando que a Educação Financeira foi incluída recentemente no currículo escolar (BNCC, 2017), o índice de inadimplência atingindo quase 30% da população (SERASA, 2021), a baixa formação de poupança doméstica (AFONSO et al, 2019) e o desejo por parte dos empreendedores por mais facilidade de acesso ao crédito (GEM, 2019), foram fatores importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa.

O problema de pesquisa foi pensado a partir das informações da pesquisa realizada pelo IBQP (Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade), que no Brasil elabora o relatório GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), onde 45,7% dos entrevistados mencionaram dificuldade de acesso ao crédito como principal fator dificultador do empreendedorismo no Brasil (GEM, 2019). O acesso ao crédito, por sua vez, sofre influência de alguns fatores, pois de acordo com o SERASA Ensina, a inadimplência tem relação direta com o acesso ao crédito, uma vez que ela restringe a sua concessão. Este dado se torna importante considerando que a inadimplência atingiu 69,43 milhões de brasileiros em dezembro de 2022 de acordo com levantamento do SERASA (SERASA, 2022).

Outro fator que pode influenciar o acesso ao crédito é o endividamento. O nível de endividamento das famílias chegou a 70,9% de acordo com a pesquisa PEIC elaborada pela Confederação Nacional do Comércio e o percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso chegou a 25,2% (PEIC, 2021).

Diante deste cenário e considerando que 3 em cada 10 brasileiros pretendem empreender em até 3 anos segundo relatório GEM 2019, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a influência da poupança e da inadimplência na formação de futuros empreendedores entre os universitários de uma instituição de ensino superior no município de Taquara?

Este trabalho teve como objetivo geral analisar a influência da poupança e da inadimplência na formação de futuros empreendedores entre os universitários no município de Taquara/RS. E os objetivos específicos foram atribuídos da seguinte forma: Investigar a inadimplência como fator de restrição ao crédito e obtenção de capital inicial para a formação de novos negócios; verificar o nível de poupança

disponível entre os universitários para abertura de novas empresas; identificar a existência de poupança ou acesso ao crédito entre os universitários que pretendem iniciar novos negócios e comparar os dados obtidos na pesquisa com os resultados encontrados pelos autores da revisão teórica.

Embora a educação financeira venha ganhando espaço no debate e no currículo escolar em especial a partir do decreto 7.397 de 2010 que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira ENEF, apenas em 2017 ela passou a ser parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como tema transversal podendo ser trabalhado em várias áreas do conhecimento (BNCC, 2017).

Em que pese a importância da educação financeira para o consumo consciente e para uma vida financeira saudável (OECD, 2005), a pesquisa levará em consideração também aspectos do endividamento e da inadimplência, bem como da formação de poupança, fatores estes que exercem forte influência no consumo das famílias (CNC/PEIC, 2021), e que justifica a pesquisa sob um olhar do desenvolvimento regional. A presente pesquisa também se faz necessária para um maior entendimento sobre a influência destes fatores na formação de novos empreendedores.

Muitos estudos analisaram a propensão ao empreendedorismo entre universitários (Carnever et al, 2013; Garcia et al, 2012; Rosário, 2007) e muitos também analisaram o conhecimento de educação financeira neste meio (Maluf et al, 2021; Hernandez e Zamorra, 2018; Jobim e Losekann, 2015; Felipe et al, 2017) , porém, pouco se produziu no sentido de verificar se existe alguma relação entre estes fatores (educação financeira e empreendedorismo). Nesse sentido, a pesquisa se justifica por abordar um assunto ainda pouco explorado.

A pesquisa justifica-se pois o pesquisador atua há 27 anos no mercado financeiro e encontra diariamente a falta de conhecimento e/ou decisões equivocadas no que diz respeito ao consumo e finanças. Em várias oportunidades tem-se acesso a pessoas à procura de crédito para iniciar empreendimentos, possuindo empresas recém constituídas e sem histórico de faturamento que permita tal concessão. Por este motivo, dependem apenas do seu nome como pessoa física para obtenção de crédito, ou de suas reservas pessoais. A partir daí o interesse em saber mais sobre o assunto. Considerando que, apesar da crescente importância da EF, segundo dados do SERASA, em dezembro de 2022 a inadimplência atingiu 69,43 milhões de brasileiros. O relatório GEM mostra que 3 a cada 10 brasileiros

pretendem empreender em até 3 anos e aponta, entre outros dados, a necessidade de maior facilidade de acesso ao crédito para 45,7% dos entrevistados. Completando o cenário analisado, Afonso et al. (2019) concluiu que a taxa de poupança doméstica brasileira em relação ao PIB de 2017 foi de 14,3%, bem abaixo dos países desenvolvidos e inclusive da média da América Latina e Caribe que foi de 17,3%.

Estabeleceu-se a metodologia da seguinte forma: a pesquisa foi exploratória quanto aos objetivos e com análise de dados de abordagem quantitativa. O instrumento de pesquisa (apêndice B) é composto de perfil socioeconômico e 20 questões, sendo: 11 dicotômicas, 5 de múltipla escolha e 4 utilizando escala do tipo Likert de 5 pontos.

O universo de pesquisa foram os alunos do curso de Administração de Empresas de uma instituição de ensino superior situada no município de Taquara RS, totalizando aproximadamente 250 alunos. A presente pesquisa contou com 87 participantes, perfazendo um índice de confiabilidade de 80% e margem de erro 5,6%. De posse dos resultados foi possível determinar a influência da inadimplência, do endividamento e da poupança na intenção de empreender, limitados pelo acesso ao crédito. A pesquisa passou por análise do CEP da faculdade e foi aprovada sob o número 055113/2022.

A presente dissertação foi estruturada a partir da introdução e desenvolvida em 4 capítulos, sendo que o primeiro abordará a Educação Financeira e subdividido em EF no Brasil e EF entre universitários, em seguida apresenta-se o capítulo destinado ao estudo da inadimplência e endividamento, posteriormente poupança, capítulo destinado ao empreendedorismo. Na sequência conclui-se com a análise de dados e as considerações finais.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

De acordo com a literatura existente, a Educação Financeira (EF) foi definida por diferentes autores. Segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005), a Educação Financeira é definida como:

[...] o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento sobre os conceitos e os produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou conselhos objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para conhecer melhor os riscos e as oportunidades financeiras, e assim tomarem decisões fundamentadas que contribuem para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p.13).

Jacob *et al.* (2000, p.8), define o termo financeiro como uma ampla gama de atividades relacionadas ao dinheiro em nossas vidas cotidianas. Isso inclui desde o controle de cheques até a gestão de cartões de crédito, desde a elaboração de um orçamento mensal até a tomada de empréstimos, aquisição de seguros ou investimentos. A educação financeira, por sua vez, implica o conhecimento de termos, práticas, direitos, normas sociais e atitudes necessárias para compreender e lidar com essas tarefas financeiras vitais. Além disso, envolve a capacidade de ler e aplicar habilidades matemáticas básicas para tomar decisões financeiras inteligentes.

Para Pereira (2003, p.220) “educação financeira é o processo de desenvolvimento da capacidade integral do ser humano para tomar decisões, tornar-se autossustentável e viver bem física, emocional, intelectual, social e espiritualmente.” Já de acordo com Gallery *et al.* (2011, p. 288) a educação financeira é “a capacidade de fazer julgamentos inteligentes e decisões eficazes em relação ao uso e gestão do dinheiro”.

O conhecimento de EF não é exclusividade da vida adulta, podendo ser inserido por volta dos 3 anos de idade, conforme D’Aquino (2008) e deve-se iniciar quando a criança pede para os pais comprarem algo. Além disso, saber o valor das coisas, estabelecer mesadas e participação no orçamento doméstico podem ser úteis para inserir a educação financeira para as crianças. A autora destaca ainda que a principal vantagem da educação financeira para crianças é criar uma base para que na vida adulta elas “possam ter uma relação saudável, equilibrada e responsável em relação a dinheiro” Ainda conforme D’Aquino (2008), a Educação

Financeira desempenha um papel fundamental ao estabelecer bases sólidas para uma relação saudável, equilibrada e responsável com o dinheiro na vida das crianças e dos adolescentes. É primordial que essa relação seja cultivada desde a infância. Nesse contexto, é crucial que o tratamento relacionado ao ganho e ao uso dos recursos econômicos seja pautado pelo espírito ético e pela responsabilidade social, como destacado por D'Aquino (2008). Esses princípios éticos têm um papel relevante na orientação da Educação Financeira em relação ao uso do dinheiro.

É possível trabalhar a educação financeira em todas as classes sociais, pois segundo Cabral (2013, p. 3), “na realidade, não é quanto dinheiro se ganha que faz a diferença, mas quanto dinheiro se guarda ou, ainda, quanto o dinheiro trabalha aumentando-o, e por quantas gerações ele se manterá”.

Não é só no aspecto do consumo consciente que a educação tem importância, mas também para boas decisões financeiras e conhecimento dos produtos de investimentos e de crédito, bem como serviços financeiros. Para Braunstein e Welch (2002), a EF atua no desenvolvimento do mercado financeiro, pois estimula a oferta de melhores serviços:

[...] participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas (BRAUNSTEIN e WELCH, 2002, p. 445).

Borges *et al.* (2010) destaca que a educação financeira afeta a vida das pessoas pelas decisões que tomam ao longo do tempo, seja optando por fazer investimentos ou consumir no presente ao invés de poupar. Ainda segundo o autor, ao tomar decisões que comprometerão seu futuro, as consequências vão desde a desorganização das contas até a inclusão do nome no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), prejudicando não só o consumo como, em alguns casos, a carreira profissional.

Durante a elaboração da fundamentação foram considerados os termos educação financeira, alfabetização financeira, conhecimento financeiro e finanças pessoais por se tratarem de temas correlatos, tendo em vista que de acordo com Huston (2010) 47% dos estudos analisados utilizam os termos alfabetização financeira e educação financeira como conceitos sinônimos. A autora, porém, define educação financeira como os conhecimentos sobre finanças e alfabetização

financeira que vai além dos conhecimentos passando também pela aplicação dos mesmos.

A falta de uma padronização na medição da alfabetização financeira é tão prejudicial quanto o próprio conceito em si (HUSTON, 2010; REMUND, 2010). Para preencher essa lacuna, a OECD em conjunto com a *International Network on Financial Education* (INFE) realizou um estudo em 14 países, com o objetivo de abordar integralmente a alfabetização financeira. O estudo examinou diversos aspectos, como orçamento e administração financeira, planejamento de curto e longo prazo, seleção de produtos financeiros, compreensão de risco e retorno, noções de inflação, além de levar em consideração aspectos sociais e demográficos dos participantes (ATKINSON; MESSY, 2012).

Silva *et al.* (2017) concluíram que a alfabetização financeira do cidadão está mais ligada ao comportamento de gerenciar suas finanças, assim como ao hábito de poupar, do que ao seu conhecimento financeiro ou mesmo a sua atitude financeira. Observaram também que quanto maior a renda e a escolaridade do indivíduo, mais elevado é o seu comportamento financeiro. Os resultados apresentados permitem concluir que o simples conhecimento sobre finanças pessoais não é o único requisito para que o indivíduo seja alfabetizado financeiramente. A pesquisa demonstrou que a única variável estatisticamente significativa presente em todos os modelos é a taxa de poupança.

García-Mata (2021) mediu a alfabetização financeira entre os millennials de Ciudad Victoria, em Tamaulipas, México, os índices encontrados entre os jovens millennials, com idade entre 15 e 29 anos, registraram um nível de alfabetismo financeiro de 38%. O autor comenta que os resultados são ligeiramente maiores que os 32% estimados por Klapper *et al.* (2015) para jovens entre 15 e 34 anos em economias emergentes, mas inferior aos 56% observado em economias desenvolvidas.

A compreensão financeira é conceituada pela combinação de três elementos: conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro (SHOCKEY, 2002; OECD, 2011). Por outro lado, a educação financeira é mais centrada no conhecimento financeiro que o indivíduo possui. Assim, a alfabetização financeira pode ser vista como um conceito mais amplo do que a educação financeira (HUSTON, 2010).

De acordo com a OCDE (2011), a alfabetização financeira está intimamente relacionada com a educação financeira e pode ser definida como uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento. Esses elementos são essenciais para permitir que as pessoas tomem decisões financeiras inteligentes e alcancem seu bem-estar financeiro. No entanto, não há consenso entre os autores sobre como medir o grau de alfabetização financeira dos indivíduos na literatura acadêmica. Observa-se que cada autor mede conforme suas necessidades e variáveis de interesse (POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2014).

Em 2012, o IBOPE Inteligência em parceria com a Serasa Consumidor criou o Indicador de Educação Financeira - IndEF no Brasil, e os primeiros resultados foram divulgados em 2013. O objetivo do IndEF é compreender melhor os níveis de conhecimento financeiro da população, seus hábitos de consumo e suas necessidades financeiras, e desenvolver estratégias para melhorar a relação das pessoas com o dinheiro (INDEF, 2014). É importante notar que, na literatura científica, cada autor adota uma forma de cálculo específica para medir o índice de educação financeira, ou seja, não existe uma norma que padronize o cálculo do grau de educação financeira de cada indivíduo.

Em uma das principais pesquisas sobre o tema, Shockey (2002) avaliou a alfabetização financeira como uma combinação linear de três construtos: conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira, conceituado como FL-ABK (Financial Literacy - Attitude, Behavior and Knowledge). Os estudos existentes sobre educação financeira destacam principalmente a correlação entre renda e riqueza, bem como a relação entre nível educacional e renda. Eles também evidenciam a importância do conhecimento financeiro na tomada de decisões econômicas e financeiras ao longo da vida dos indivíduos (COSTA; MIRANDA, 2013).

De acordo com Bernheim, Garret e Maki (1997), uma pesquisa revelou que, até o ano de 1985, cerca de 60% dos estados americanos (29 de 50) já haviam incorporado a Educação Financeira como parte obrigatória do currículo das escolas secundárias. Essa medida tinha como objetivo preparar os jovens para a vida adulta. Os pesquisadores constataram que os indivíduos que receberam essa educação financeira na escola apresentavam maior propensão para poupar e acumular riqueza na fase adulta. Além disso, concluíram que a educação financeira promove o crescimento pessoal e pode ser uma poderosa ferramenta para estimular a

poupança individual. Esses resultados mostram que nos Estados Unidos o tema recebe uma atenção significativa, uma vez que se reconhece que ele pode trazer benefícios para toda a sociedade no longo prazo.

Conforme Silva e Powell, (2016), a Educação Financeira nos Estados Unidos tem sido uma prioridade nas últimas três décadas, com o objetivo de educar financeiramente seus cidadãos. Grande parte desses esforços foi direcionada às escolas, com a maioria dos cursos e implementações voltadas para alunos do Ensino Médio. Ainda segundo os autores, os programas de ensino enfocam as finanças pessoais, com o objetivo pragmático de introduzir os alunos no mundo do sistema financeiro adulto e discutir questões financeiras rotineiras que eles enfrentam no dia a dia. Além dos professores, outros profissionais e voluntários de diversos setores da sociedade também são responsáveis por ensinar Educação Financeira nas escolas. Por exemplo, representantes de cooperativas nacionais visitam escolas para falar sobre serviços financeiros e organizações sem fins lucrativos fornecem voluntários treinados do setor empresarial para fornecer perspectivas sobre a literacia financeira comportamental no "mundo real". Complementam afirmando que o financiamento para a maioria dos projetos de Educação Financeira nos Estados Unidos vem principalmente do setor privado, como instituições financeiras, fundações e instituições acadêmicas. No entanto, o governo também oferece alguns subsídios, como o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (SILVA e POWELL, 2016).

Os autores realizaram uma revisão literária sobre a educação financeira nos Estados Unidos e analisaram o programa "Matemática do dinheiro: lições para a vida". A quarta e última lição, intitulada "Espalhando o Orçamento", tem como objetivo auxiliar os estudantes universitários a desenvolver um plano orçamentário (SILVA e POWELL, 2016). Nesta lição, eles são instruídos a utilizar uma planilha para analisar suas despesas fixas, variáveis e periódicas. Examinaram alguns aspectos da estrutura das lições, focando especialmente na primeira lição. A lição começa com uma descrição do seu conteúdo:

Os estudantes aprendem como a poupança ajuda as pessoas a se tornarem abastadas. Eles desenvolvem “regras para se tornar milionário”, à medida que trabalham numa série de exercícios, entendendo ser importante: (1) economizar desde de cedo e constantemente, (2) poupar tanto quanto possível, (3) ganhar juros compostos, (4) tentar receber uma alta taxa de juros, (5) manter na conta bancária pelo maior tempo possível depósitos e juros recebidos, e (6) escolher contas para as quais os juros sejam compostos mais vezes. Esta lição considera que os estudantes já trabalharam com porcentagens e decimais equivalentes. (SUITER e McCORKLE, 2008, p.1).

No que diz respeito ao ensino da EF nas escolas brasileiras, D'Aquino (2011) afirma que, infelizmente, a educação financeira não faz parte da formação educacional dos indivíduos, nem em casa nem na escola, deixando as crianças sem preparo para lidar com questões financeiras.

De acordo com Santana (2014), é possível atribuir funções específicas à educação em diversas áreas. Tomando como exemplo a área financeira, a educação desempenha um papel crucial ao fornecer assistência às pessoas na compreensão do uso da matemática no cotidiano e na aplicação prática de tudo o que foi aprendido na escola, visando benefícios individuais.

Em outro estudo, Silva *et al.* (2017) analisou como a contabilidade poderia auxiliar no controle orçamentário pessoal. Os 107 participantes receberam *coaching* financeiro pessoal e o resultado foi que 98,13% avaliaram como positiva ou muito positiva a atividade.

De acordo com Twumasi *et al.* (2021) o conhecimento de EF é influenciado por fatores como idade, sexo, educação, posse de ativos, propriedade e educação econômica dos chefes de família. Notou-se que a EF tem maior influência no acesso aos serviços financeiros para famílias de alta renda e para os chefes de família do sexo masculino. O estudo recomendou ao governo a criação de um comitê visando educar a população rural sobre questões financeiras, por meio de radiodifusão e reuniões.

2.1 Educação Financeira no Brasil

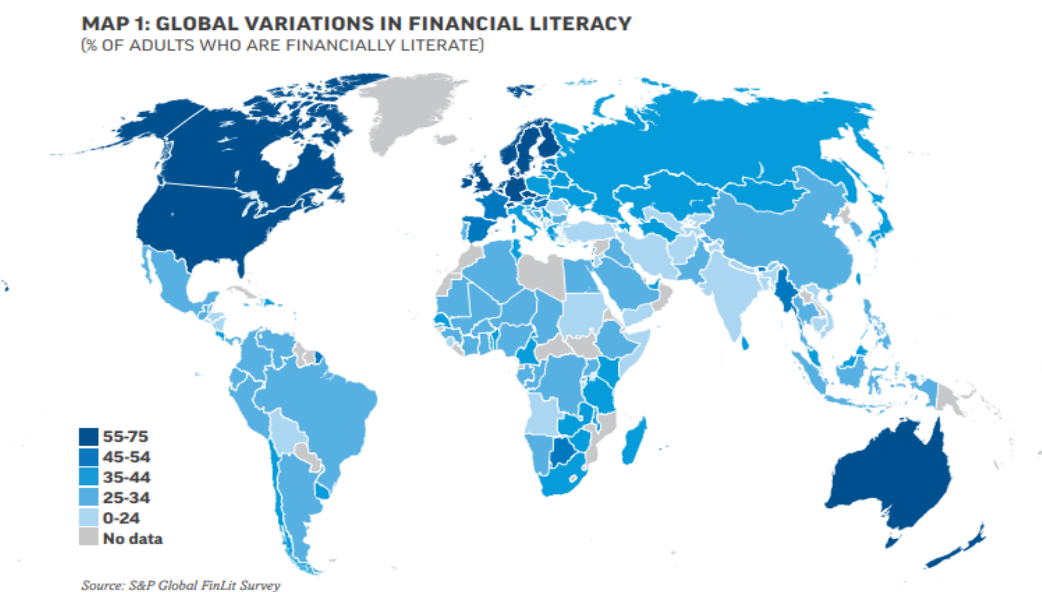
O governo brasileiro, através do decreto 7.397 de 2010, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que tem como objetivos:

[...] desenvolver uma proposição de Estratégia Nacional de Educação Financeira, prevendo a promoção de um inventário nacional de ações e de projetos de educação financeira no país, além de uma pesquisa que mapeie o grau de conhecimento financeiro da população brasileira. Além das ações destinadas ao público-alvo para adultos, o ENEF prevê ações voltadas para as escolas, seguindo uma tendência mundial. Este organismo tem como principais objetivos promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolha consciente quanto à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (BRASIL, 2009, p. 02).

A pesquisa *Financial Literacy Around the World* realizada em 2015 pela *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey* (Pesquisa Global de Educação Financeira da divisão de ratings e pesquisas da Standard & Poor's) entrevistou mais de 150 mil adultos em mais de 140 países e o resultado foi que somente 33% da população mundial pode ser considerada educada financeiramente, ou seja, cerca de 3,5 bilhões de adultos.

No Brasil, o índice de analfabetismo financeiro ficou próximo da média mundial (33%), onde 35% dos entrevistados acertaram as questões relacionadas a pelo 3 dos 4 conceitos pesquisados. Este resultado colocou o Brasil na 67ª posição entre os 143 países avaliados. Como base de comparação, entre as economias consideradas avançadas, o índice é superior a 55% (*S&P Ratings Services*, 2015).

Figura 1 - Variação global de cultura financeira (Porcentagem de adultos que são financeiramente alfabetizados)



. Fonte: S&P Global FinLit Survey

Huston (2010) define a alfabetização financeira como a capacidade de um indivíduo compreender e utilizar informações relativas às finanças pessoais de forma eficaz. A alfabetização financeira também abrange a habilidade e confiança do indivíduo em utilizar seu conhecimento financeiro para tomar decisões financeiras.

Em dezembro de 2017 foi promulgada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Ensino Fundamental, com o intuito de inserir a Educação Financeira no currículo escolar. De acordo com a BNCC:

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, [...] incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação financeira [...] (BRASIL, 2017, p. 19-20).

No que diz respeito ao ensino médio, a educação financeira aparece com maior ênfase, pois de acordo com a 2ª versão preliminar da BNCC de abril de 2016, a EF faz parte dos chamados Temas Especiais:

Os Temas Especiais permitem estabelecer a integração entre os componentes curriculares de uma mesma área do conhecimento e entre as

diferentes áreas que organizam a Educação Básica, no contexto da BNCC. Esses temas dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem com outros sujeitos e com o ambiente, posicionando-se ética e criticamente sobre e no mundo. Trata-se, portanto, de temas sociais contemporâneos que contemplam, para além da dimensão cognitiva, as dimensões política, ética e estética da formação dos sujeitos, na perspectiva de uma educação humana integral. Dessa forma sua abordagem nas propostas curriculares objetiva superar a lógica da mera transversalidade, [...] Esses temas derivam de um ordenamento legal que implica em alterações nas orientações curriculares emanadas da LDB[...] Dentre essas modificações, destacam-se:[...] o Decreto no 7.397/2010, que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira. [...] Considerando critérios de relevância e pertinência sociais, bem como os marcos legais vigentes, a Base Nacional Comum Curricular trata, no âmbito dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos diferentes componentes curriculares, dos seguintes Temas Especiais: ■ Economia, educação financeira e sustentabilidade; [...] (BRASIL, 2016, p. 47-48).

Em que pese a inclusão da EF na BNCC, Cordeiro *et al.* (2018) analisaram os livros aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) com validade de 2015 a 2017 de uma escola da Rede Estadual do Ceará para o ensino médio. Como a EF está incluída dentro da disciplina de matemática, o trabalho analisou o percentual de páginas que tratam sobre EF e o percentual de exercícios de EF. E o estudo concluiu que para a primeira e segunda séries do ensino médio não há conteúdo de EF, estando presente somente a partir da terceira série. No que se refere a EF, está contemplada em somente 18 páginas das 837 que formam todo o conteúdo de matemática para as 3 séries do ensino médio, representando um percentual de 2,15%.

Quanto ao número de exercícios de EF, Cordeiro *et al.* (2018) concluíram que este representou 3,07% de todo o conteúdo apresentado. O trabalho analisou também a presença da EF nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e verificou que o crescimento a partir de 2008, chegando a quase 14% em 2017 ano final da pesquisa.

Santos *et al.* (2017) analisou os impactos da alfabetização financeira sobre a tomada de empréstimos em mercados informais, tais como empréstimos obtidos com amigos/conhecidos, ou mesmo agiotas. Concluíram que o baixo nível de alfabetização financeira é responsável por aumentar a probabilidade de que indivíduos utilizem empréstimos informais. Foi encontrado um maior efeito sobre a tendência de indivíduos com baixa alfabetização financeira a utilizar fontes de empréstimo informais do que indivíduos com histórico de crédito ruim.

Cruz *et al.*, (2017) estudaram o caso da Escola Evolutiva, localizada em São José dos Pinhais, cidade metropolitana de Curitiba. Teve como tema a Educação Financeira para crianças e adolescentes e seu objetivo principal foi identificar a situação do ensino financeiro. Esta instituição oferece atendimento nas modalidades Berçário, Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II. Na modalidade de E.F. I é oferecido pela escola o “projeto cofrinho”. Já no E.F. II “Educação Financeira (fundamentos básicos do universo financeiro desenvolvendo uma mentalidade adequada em relação ao dinheiro)”. O estudo concluiu que os alunos se tornaram mais realistas e participativos nas escolhas de presentes, se tornaram menos consumistas e mais questionadores na avaliação dos docentes.

Magro *et al.*, (2018) analisaram o efeito da interação da família no comportamento financeiro de adolescentes em escolas da rede pública de ensino. Foi aplicado questionário a cerca de 1.900 alunos do ensino médio de 14 escolas públicas na região Sul do país e a região analisada foi formada por escolas que não tratam da educação financeira em seus currículos. Os resultados indicam que o comportamento típico de falta de controle dos gastos e a baixa propensão à poupança estão relacionados com uma menor discussão do tema em família. Neste estudo, apenas 9% dos jovens consideram que a escola é a origem de seus conhecimentos financeiros. De modo geral, concluíram que a família exerce importante papel em disseminar o conhecimento financeiro inicial, ou este se dá em situações cotidianas.

O estudo de Moreira e Carvalho, (2013) buscou conhecer o perfil das finanças pessoais dos professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Formoso-BA. Para obtenção dos dados, aplicou-se um questionário aos professores da Escola José de Anchieta. Os resultados da pesquisa apontam para um crescente endividamento e descontrole das finanças pessoais dos professores pesquisados. Os autores consideraram imperativo promover um ambiente favorável à reeducação dos professores sobre seus hábitos econômicos, bem como viabilizar imediatamente uma proposta de educação financeira a ser iniciada na pré-escola e acompanhar os alunos durante todo o seu processo formativo.

Silva *et al.* (2018) discutiram a associação do conhecimento financeiro dos estudantes do ensino médio de escolas públicas em uma região metropolitana com características demográficas e socioeconômicas de cerca de 970 jovens. A pesquisa foi aplicada para os jovens distribuídos em oito escolas públicas de diferentes

regiões da cidade, e foi medido o conhecimento financeiro pelas respostas incorretas dadas em temáticas como juros e descontos, valor do dinheiro no tempo e investimentos. Além da relação com renda familiar e gênero, usualmente encontradas já na literatura, este estudo mostra que a educação financeira tem relação direta com habilidades matemáticas dos jovens. Foi observado um baixo nível de conhecimento financeiro e os estudantes mostraram dificuldades de entendimento de conceitos de juros e descontos, dinheiro no tempo e conceitos de risco e retorno para realização de investimentos. Um dos principais resultados do estudo foi evidenciar que os conceitos e raciocínios ao serem aplicados no dia a dia, se demandarem raciocínio analítico, podem ser de difícil processamento pelos jovens.

Conto *et al.* (2015) buscou conhecer o comportamento financeiro de estudantes do Ensino Médio que frequentam escolas públicas e privadas em diferentes municípios do Vale do Taquari-RS. O levantamento foi realizado em 2013, durante a realização de cursos sobre finanças pessoais. Constataram que, dentre outros aspectos, apenas um terço dos entrevistados poupa dinheiro, somente um quarto dos alunos realiza controle de suas finanças pessoais, e menos da metade realiza algum tipo de planejamento financeiro. Observaram também que as escolas não estão preparadas para a educação financeira, e que o curso de finanças pessoais tem reflexos positivos imediatos no comportamento financeiro dos entrevistados.

Segundo a pesquisa conduzida por Potrich, Vieira e Kirch (2016), envolvendo 1.067 indivíduos do Estado do Rio Grande do Sul, a maioria significativa apresentou níveis baixos de alfabetização financeira. O estudo destaca que pessoas do gênero feminino, com dependentes e com menor nível de escolaridade, renda individual e renda familiar, possuem uma maior propensão a fazer parte do grupo com baixo nível de alfabetização financeira.

O estudo elaborado por Fiori *et al.* (2018) teve como objetivo analisar o efeito da educação financeira sobre a inadimplência dos trabalhadores em Manaus. A maior parte dos trabalhadores possui o Ensino Superior incompleto e estão trabalhando, no momento, como empregados. Notaram que o nível de endividamento da maior parte dos trabalhadores entrevistados na cidade de Manaus é baixo, embora ocorra o uso intenso do cartão de crédito e também o pagamento das faturas em atraso. Foi demonstrado que todos os trabalhadores com renda

superior a R\$ 5.000,00 realizam controle sobre seus gastos mensais, já uma parcela daqueles com renda inferior, não acompanham as movimentações mensais das despesas e receitas. A análise do efeito entre educação financeira e endividamento sobre os trabalhadores da cidade de Manaus aponta que todos aqueles que estão inadimplentes no momento atual foram os que disseram possuir um conhecimento “não muito seguro” e “nada seguro”, certificando-se que gostariam de possuir um entendimento melhor sobre educação financeira, de modo a contribuir para um bom planejamento orçamentário pessoal e otimizando as decisões de consumo, bem como sanar as dívidas existentes.

Santos *et al.* (2020) realizaram pesquisa com o intuito de identificar a relação entre os constructos: educação financeira, materialismo, compra impulsiva e endividamento. Foram coletados dados de 601 respondentes e através deles foi possível concluir que indivíduos com pouca educação financeira e com menor capital social estão mais propensos ao endividamento e à compra impulsiva em uma relação inversamente proporcional. Indivíduos materialistas tendem a comprar por impulso e quanto menor a educação financeira do respondente, maior é a influência da compra impulsiva, da propensão ao endividamento e do materialismo em suas compras, sendo a relação entre educação financeira e a compra impulsiva a mais evidente neste grupo. Pessoas com maior educação financeira tendem a ter sua vida financeira controlada, resultando em um menor endividamento, influenciando diretamente na decisão de quanto poupar ou gastar, evidenciando a importância do desenvolvimento de ações a fim de minimizar o analfabetismo financeiro.

Savoia *et al.* (2007) produziram um estudo com objetivo de discutir a educação financeira no Brasil avaliando o estágio das ações referentes ao assunto no contexto nacional, e sugerir iniciativas para o seu fomento. Constataram que, no país, ainda há um tratamento incipiente dessa questão, determinado pelo limitado conhecimento e reduzida experiência dos agentes envolvidos no processo de capacitação financeira. Diante do apontado pelo estudo, os autores sugeriram algumas ações:

- Incentivar a cultura de poupança na população;
- Inserir a educação financeira nos programas de todos os níveis de ensino;
- Desenvolver os conceitos de crédito, investimento e consumo por meio de escolas, universidades, mídia e outros setores;
- Promover a coordenação de esforços entre governo e sociedade;

- Monitorar a qualidade dos programas.

Silva *et al.* (2016) identificaram o perfil dos servidores públicos de um município do centro-oeste brasileiro, averiguando a compreensão do significado da expressão “educação financeira” no município de Tangará da Serra (MT), com 800 servidores municipais efetivos. Constataram também que são, na sua grande maioria, casados, com famílias que não possuem de nenhum filho a 2 filhos e são residentes em casas próprias quitadas. Na definição do perfil geral dos servidores relacionados à educação financeira, apresentam baixo conhecimento sobre o endividamento, em média 2,07, e baixo conhecimento de renda, em média, 1,47, fato este bom, pois estes dois constructos, foram analisados como quanto menor melhor. Apresentam um nível de educação financeira satisfatório, em média, 4,23. Possuem conhecimento de juros, em média, 3,54, e planejam seus gastos, em média, 3,78, sendo estes constructos, analisados como quanto maior melhor.

2.1.1 Educação Financeira entre universitários

Em pesquisa realizada na Universidade *Texas A&M University-Commerce* (AVARD *et al.*, 2005) com alunos do primeiro ano da graduação, aplicou-se um questionário com 20 questões sobre finanças. Verificou-se que dos 407 respondentes, 92% dos alunos tiveram um aproveitamento abaixo de 60%; o melhor aluno acertou 80% das questões e a média de acerto foi de 34,8%.

Hernández e Zamora (2018) analisaram o conhecimento sobre educação financeira na geração Millennials da FACEAM (Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas e CUCEA (Centro Universitário de Ciências Econômicas Administrativas) através de questionário que foi aplicado a 40 (20 de cada) alunos do curso de administração de empresas. Concluíram que há um desconhecimento sobre aspectos financeiros entre os alunos pesquisados. Os alunos apresentaram conhecimento limitado de educação financeira tanto na Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas quanto do Centro Universitário de Ciências Econômicas Administrativas. Concluíram também que as universidades fornecem informações limitadas sobre educação financeira nas disciplinas, e o que é ensinado não ajuda os alunos a dominarem o tema, fazendo com que alguns busquem informações complementares ou simplesmente não procurem.

Maluf *et al* (2021) calculou o índice de alfabetização financeira de 211 discentes (nacionais e estrangeiros lusófonos, do Campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-Unilab, interior do Ceará). O grau de alfabetização financeira encontrado não foi considerado satisfatório, mas não diverge, em muito, dos estudos realizados com outros universitários, em outras regiões brasileiras (MALUF *et al*, 2021). O estudo confirmou que o conhecimento financeiro apresentou maior fragilidade e distancia-se do reportado pelos resultados para o Brasil em estudo realizado pela OECD/INFE (2016, p. 8). Entretanto, o percentual dos respondentes que acertaram todas as questões no estudo da OECD/INFE são aproximadamente os mesmos (8% para a OECD/INFE, 2016) e (7.6%) neste estudo.

Jobim e Losekann (2015) realizaram estudo que teve como objetivo identificar o nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários pertencentes à Universidade da Região da Campanha (URCAMP), localizada em São Gabriel, Rio Grande do Sul. Utilizando-se da mensuração do comportamento e conhecimento financeiros, foram aplicados 126 questionários aos estudantes concluintes dos cursos de Administração, Direito, Ciências Contábeis e Educação Física. Em sua maioria, os participantes foram mulheres (60,3%), faixa etária de 21 a 29 anos (60,3%), solteiros (62,7%), independentes financeiramente (54,8%), com renda mensal entre R\$ 501,00 e R\$2.000,00 (68,2%). Foram identificados quatro fatores: investimento e poupança; gestão financeira pessoal; consumo planejado; e utilização do crédito, destacando-se com melhor desempenho as questões relativas ao “consumo planejado” e à “utilização do crédito”, o que demonstra que os estudantes pesquisados se preocupam em comprar de forma consciente e honrar os compromissos assumidos. Concluiu-se que os estudantes pesquisados apresentaram, um nível de alfabetização financeira mediano, pois, embora tenham apresentado em sua maioria (58,53%), um bom comportamento financeiro, o desempenho em relação ao conhecimento financeiro foi insuficiente para considerar a amostra com um nível satisfatório de alfabetização financeira, pois a maior parte (37,3%) dos pesquisados apresentou baixo nível de conhecimento financeiro.

Felipe *et al*. (2017) realizaram estudo com o objetivo de mensurar o grau de alfabetização financeira dos estudantes universitários do norte do México. Como resultados, foi possível confirmar que as atitudes financeiras dos universitários do norte do México influenciam seu comportamento financeiro. Todavia, não se

confirmou que o conhecimento financeiro desses estudantes impacta seu comportamento financeiro. Como não se encontrou uma forte relação entre os conhecimentos, atitudes e comportamentos financeiros dos indivíduos analisados, concluíram que o nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários do norte do México é baixo.

Bogoni *et al*, (2018) avaliou a alfabetização financeira de universitário no Rio Grande do Sul e conclui que pode-se avaliar que os estudantes universitários que participaram da pesquisa têm um nível satisfatório de alfabetização financeira, considerando as três dimensões: atitude, comportamento e conhecimento financeiros, pois parte dos respondentes declara ser relativamente fácil controlar e gerenciar os gastos mensais, demonstra ter preocupação com o futuro financeiro priorizando manter hábitos de poupança e pagamento das contas em dia.

Melo e Moreira, (2021) tiveram como objetivo verificar o nível de educação financeira dos alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis. Para isso, realizaram uma pesquisa com 147 discentes dos períodos iniciais e finais do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal Rural do Semi Árido (UFERSA). Os resultados demonstraram que embora os alunos tenham melhores resultados ao concluírem o curso de Ciências Contábeis, permaneceram com nível intermediário de conhecimentos financeiros, assim como ocorre com os alunos iniciantes. A idade e a ocupação profissional também aperfeiçoam as competências financeiras, tornando-se possível afirmar que a evolução do nível de conhecimento financeiro dos concluintes não foi exclusivamente pelo curso.

Com o objetivo de identificar se há diferença significativa entre os gêneros no índice de alfabetização financeira, Silva e Schvirck, (2018) estudaram 194 discentes de contabilidade de duas instituições de ensino superior, da cidade de Pato Branco, Paraná. Observou-se que os respondentes do gênero masculino possuem um melhor desempenho no índice de alfabetização financeira do que as respondentes do gênero feminino.

Franzoni e Quartieri, (2021) investigaram a aprendizagem e principais dificuldades dos licenciandos em matemática de uma universidade no estado do Rio Grande do Sul, com relação a tarefas investigativas de educação financeira, a partir de questionário metacognitivo. Segundo os autores, a metacognição está relacionada à consciência do indivíduo sobre a sua própria aprendizagem e concluíram que a maioria dos alunos envolvidos na pesquisa aprenderam educação

financeira a partir da resolução das tarefas investigativas, análise das dificuldades e discussões com a turma. As principais dificuldades encontradas estão relacionadas à falta de conhecimento de economia; insegurança na formulação de conjecturas e generalizações, em função da dependência da utilização de formulários e ausência de prática na resolução de problemas de caráter aberto. De acordo com os autores, os alunos demonstraram entusiasmo ao encontrar generalizações pela primeira vez (sempre as fórmulas eram dadas prontas em aulas anteriores), testar e validar as conjecturas e perceber que não necessariamente a resposta encontrada é a única que está correta.

Com resultado diferente das pesquisas anteriores, Medeiros e Lopes, (2014) verificaram o comportamento dos alunos do Curso Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior privada de Santa Maria – RS, no que diz respeito às suas finanças pessoais, com dados obtidos por meio da aplicação de um questionário em uma amostra de 178 alunos. Os resultados apontaram que a maioria dos alunos pesquisados demonstrou ter consciência dos rendimentos ganhos e sabem como lidar com suas finanças pessoais. A respeito das dívidas e/ou financiamentos que alguns alunos possuem, estas decorrem principalmente em função da aquisição de um bem móvel e/ou imóvel e com o cartão de crédito, onde apenas 4,5% encontra-se com suas dívidas e/ou financiamentos em situação de atraso. Os alunos revelaram, ainda, que gastam menos do que ganham e, apesar de não ter uma planilha para controle dos seus gastos, costumam planejar sempre e frequentemente, bem como poupar frequentemente. Salienta-se ainda que, geralmente, costumam pagar as suas compras à vista, utilizando o dinheiro como forma de pagamento.

3 ENVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA

Uma das principais consequências do analfabetismo financeiro é o endividamento. Dados de 2019 apontam que 58,6% das famílias brasileiras possuem dívidas, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic, 2019), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Segundo a Previdência (2019), a maior parte dessas dívidas está concentrada no cartão de crédito. Outra consequência é a tendência de priorizar o consumo imediato e confiar que a Previdência Social garantirá o sustento necessário no futuro.

Alguns autores definem endividamento como o ato de assumir ou contrair dívidas, resultando em um saldo devedor que um indivíduo assume como consequência de uma ou mais dívidas simultâneas. Essas dívidas são geradas pela utilização de capital de terceiros para fins de consumo (Marques e Frade, 2003; Piccini e Pinzetta, 2014).

De acordo com o SERASA, o percentual de comprometimento da renda mensal com endividamento é dividido conforme abaixo:

- Grau de endividamento até 30% = dívidas administráveis e dentro do aceitável;
- Grau de endividamento de 30% a 35% = ligue o alerta e tente alcançar o patamar abaixo de 30%;
- Grau de endividamento de 35% a 40% = reveja seu orçamento e mude hábitos para que você não fique inadimplente e fique endividado;
- Grau de endividamento acima de 40% = endividamento grave que vai comprometer toda sua saúde financeira.

O uso excessivo do cartão de crédito a ponto de não conseguir pagar a fatura, a contratação de empréstimos pessoais motivados pelo consumo, a assunção de compromissos financeiros de longo prazo sem uma análise detalhada das condições de pagamento e a falta de planejamento são comportamentos que favorecem o endividamento (Beal e Delpachitra, 2003; Borges, 2014), resultando não apenas no comprometimento da renda, mas também na perda de patrimônio e inadimplência (Silva e Pelinei, 2017). Além disso, esse descontrole financeiro tem impactos negativos nas esferas social e familiar (Maroni Neto, 2011).

O endividamento da população está se tornando cada vez mais relevante no cenário econômico e não pode ser compreendido de forma isolada, uma vez que sua ocorrência depende de fatores comportamentais e sociodemográficos (Potrich *et al.*, 2016). Com o impulso da facilidade de crédito, o crescimento dos produtos financeiros e a acessibilidade aos cartões de crédito, alguns indivíduos comprometem excessivamente sua renda com dívidas (Marcolin e Abraham, 2006).

Estudos têm sido conduzidos enfatizando o comportamento financeiro e a atitude dos consumidores em relação ao endividamento (Flores, Vieira e Coronel, 2013; Campara, Vieira e Ceretta, 2016; Cruz Neto, Fuentes, Barboza e Sousa, 2017). Outras pesquisas têm demonstrado que o comportamento de gestão financeira exerce influência direta no nível de endividamento do consumidor (Xiao, Tang e Shim, 2009; Lusardi e Tufano, 2015; Xiao *et al.*, 2011).

De acordo com Sehn e Carline Junior (2007, p. 62), a inadimplência é caracterizada como o não cumprimento de obrigações e é definida como a "falta de pagamento ou o descumprimento de um contrato ou cláusula". Essa falta de cumprimento implica na não satisfação das obrigações assumidas ou no não cumprimento dos prazos estabelecidos.

Segundo Andrade *et al.* (2008), a inadimplência surge devido aos impactos constantes na renda do consumidor, os quais determinam os limites e restrições orçamentárias, levando-o a perder o controle e se tornar propenso à inadimplência. Diversos fatores contribuem para essa situação, como o esquecimento dos compromissos financeiros por confusão na data de vencimento das dívidas, eventos imprevisíveis relacionados a questões socioeconômicas, atrasos propositais e/ou dificuldades financeiras enfrentadas pelos devedores (Teixeira e Silva, 2001).

O estudo realizado por Guimarães e Chaves Neto (2002) teve como foco a análise de cartão de crédito de clientes do setor varejista. Utilizando técnicas multivariadas, os autores concluíram que, para a atividade de análise de crédito, é essencial contar com um banco de dados contendo informações que permitam verdadeiramente discriminar entre os diferentes padrões existentes para os diversos clientes.

Piccini e Pinzetta (2014) conduziram um estudo utilizando questionários e dados quantitativos para investigar as finanças pessoais, o nível de endividamento e o conhecimento financeiro da população do município de Chapecó. Os resultados revelaram que Chapecó apresenta um patamar positivo de endividamento e

conhecimento financeiro, em contraste com a população do Brasil e do estado de Santa Catarina. O município de Chapecó possui um nível de educação elevado em comparação com outros estados e o país, com mais de 70% da sua população tendo cursado ou concluído o ensino superior. Isso contribui para um índice de conhecimento financeiro acima da média nacional.

Em relação à amostra total dos respondentes, constatou-se que 67% possuíam mais de 30% de sua renda comprometida com obrigações mensais e empréstimos. Embora os respondentes em geral afirmaram possuir conhecimento sobre temas como orçamento doméstico e planejamento, apenas 5% deles demonstraram estar informados o suficiente para realizar investimentos.

O estudo realizado por Andrade et al. (2008) teve por objetivo investigar instituições de ensino particulares em uma cidade do interior de São Paulo, empregando ferramentas estatísticas para compreender a realidade dos alunos inadimplentes nessas instituições. Como principal resultado, constatou-se que as instituições têm uma boa concessão de crédito, porém o sistema de recuperação de crédito precisa ser aprimorado.

Com o objetivo de caracterizar os clientes inadimplentes de um serviço de TV por assinatura em uma empresa do interior do Rio Grande do Sul, o estudo conduzido por Pinto e Coronel (2012) utilizou um questionário e aplicou métodos estatísticos. Os principais resultados destacam que descontos nos preços e benefícios adicionais para novos assinantes são características marcantes entre os entrevistados, pois muitos deles atrasaram os pagamentos após o término do período de desconto ou fidelidade. Além disso, o desemprego e a perda de renda, como causas socioeconômicas, exerceram grande influência na amostra pesquisada.

Visando examinar consumidores em um terminal rodoviário de uma grande cidade brasileira, o estudo realizado por Silva, Vieira e Faia (2012) utilizou escalas de materialismo e bem-estar para investigar as questões relacionadas à inadimplência. Nessa pesquisa, foram identificadas relações significativas entre a inadimplência e variáveis como o valor da renda, a quantidade de pessoas na família, o hábito de poupar e o nível de materialismo.

Araujo e Calife (2014) conduziram um estudo sobre o comportamento dos consumidores em relação ao crédito no Brasil em 2014. Os resultados indicaram um amadurecimento dos consumidores, evidenciado por maiores oportunidades de

controle e planejamento, assim como o aumento das medidas voltadas para a educação financeira e o acesso a informações. Entre os respondentes, 75% afirmaram realizar o controle dos seus gastos mensais e despesas, enquanto 34% conseguiram poupar recursos após o pagamento das contas, sendo a poupança o principal destino desse montante economizado (70%).

Em relação à tomada de decisões de compra, 93% dos participantes afirmaram ter maior preparo em comparação com sua situação há 4 anos. Foi observado que os consumidores estão mais conscientes, uma vez que 80% dos respondentes possuem conhecimentos sobre como administrar seu dinheiro. O estudo também revelou que 65% dos consumidores preferem realizar suas compras em pagamento único ou à vista (5% com cheque e boleto, 26% com dinheiro, 29% com cartão de crédito e 40% com cartão de débito). Dos 35% que optam por parcelar suas compras, 4% utilizam o cartão de débito, 20% preferem carnê/boleto e cheque pré-datado, e 76% realizam parcelamento através do cartão de crédito.

No estudo conduzido por Marins e Neves (2013), utilizando um modelo de regressão probit, foi analisada a inadimplência em empresas tomadoras de crédito no mercado brasileiro. Os resultados desse estudo evidenciaram uma forte relação negativa entre o ciclo econômico e a inadimplência de crédito.

No trabalho realizado por Ribeiro *et al.* (2012), foi aplicado um escore de crédito para estudar alunos de uma instituição de ensino superior privada no Rio Grande do Sul. O modelo estudado demonstrou alta eficácia na amostra, apresentando uma probabilidade significativa de identificação de risco de crédito. Em outro estudo realizado na rede privada de ensino, Herling *et al.*, (2013) levantou que a instituição provisiona percentuais considerados normais entre 9 a 12% como possíveis inadimplentes entre os alunos. Os autores seguem afirmando que no Brasil, a maior parte da educação superior é fornecida pelo setor privado, compreendendo atualmente 2.314 instituições de ensino superior (IES). Desse total, 2.069 IES são de caráter privado, enquanto apenas 245 pertencem ao setor público. Segundo o censo da educação superior de 2009, divulgado pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o número de alunos matriculados nessas IES em todo o país totalizou 5.924.021 (HERLING *et al.*, 2013).

O estudo conduzido por Souza *et al.* (2009) também avaliou alunos inadimplentes de uma instituição de ensino superior no interior de São Paulo, utilizando questionários. A partir dessas análises, o estudo revelou que o público

mais jovem apresenta pouco controle financeiro e que ambas as instituições de ensino em questão precisam melhorar a gestão da inadimplência.

Com relação à inadimplência no setor empresarial, estudo realizado por Casa Nova (2013) em empresas com problemas financeiros e financeiramente saudáveis, foram empregados diversos métodos estatísticos para investigar qual é o melhor modelo para estudar a inadimplência. Por meio dessa análise comparativa, vários insights foram obtidos em relação aos diferentes métodos disponíveis para analisar a inadimplência, incluindo análise fatorial, análise de regressão e análise envoltória de dados (DEA).

No trabalho conduzido por Alves e Camargos (2014), foram verificados os fatores condicionantes da inadimplência em instituições de microcrédito por meio de regressão logística binária. Uma das principais conclusões deste estudo é que os modelos estatísticos podem ser utilizados como ferramentas de apoio no processo de concessão, avaliação do risco de crédito e tomada de decisões.

Ainda sobre modelos de previsão de endividamento, Ribeiro *et al.*, (2012) analisou a probabilidade do risco de inadimplência em uma universidade privada do Rio Grande do Sul. A conclusão foi que por volta de 15% dos alunos apresentam risco de inadimplência, dado este validado pela universidade como próximos à realidade.

Já o estudo de Sehn e Carlini (2007) concentrou-se nos mutuários inadimplentes do sistema financeiro de habitação da Caixa Econômica Federal em Pernambuco. As informações desses mutuários foram coletadas por meio de questionários com perguntas abertas. Na realidade estudada, os autores constataram uma ligeira queda na inadimplência após a implementação do Sistema de Risco de Crédito (Siric). No entanto, os índices atuais exigem esforços adicionais para que se reduzam a níveis mais aceitáveis.

Com o objetivo de investigar as questões relacionadas à inadimplência entre os produtores de frutas do pólo Petrolina-Juazeiro, o estudo realizado por Barros *et al.* (2015) utilizou um modelo de regressão logit para analisar essa questão. Em relação aos resultados, pode-se observar uma divergência nos fatores que explicam a inadimplência entre o setor público e o setor privado.

O estudo conduzido por Campara *et al.* (2016) utilizou entrevistas semiestruturadas para examinar indivíduos que estavam cadastrados como negativados no comércio da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Como

principais resultados, destaca-se que a inadimplência pode surgir devido ao descontrole nos hábitos de consumo, à falta de planejamento e ao acúmulo de parcelas mensais, caracterizando um endividamento ativo, ou seja, quando a pessoa está consciente das responsabilidades financeiras que assume.

Pode-se observar a importância da educação financeira pois, de acordo com Katona (1975), é frequente observar indivíduos em várias camadas sociais gastando mais do que ganham, o que resulta em endividamento e inadimplência. Algumas pessoas desejam desfrutar de um estilo de vida além de suas capacidades financeiras e acabam gastando além de seus rendimentos. Outros possuem uma renda elevada, mas não se sentem satisfeitos com suas posses, levando-os a consumir continuamente mais. Outra razão é a falta de disposição para poupar e controlar as finanças, independentemente de pertencerem às classes baixa ou alta (KATONA, 1975).

Na mesma linha, Ferreira (2006) destaca que, quanto ao consumo excessivo, um grande número de pessoas acaba contraindo dívidas que comprometem uma parte significativa de seus rendimentos, resultando, em muitos casos, em inadimplência. Nesse contexto, os endividados empenham-se em pagar suas dívidas devido à falta de habilidades para lidar com o dinheiro, à ausência de preocupação em realizar um planejamento financeiro ou a motivos de natureza social ou psicológica. Enquanto alguns indivíduos conseguem restabelecer o equilíbrio em suas vidas, outros necessitam de auxílio, e muitos enfrentam o estigma de serem perpetuamente endividados (FERREIRA, 2006).

Segundo o Mapa da Inadimplência no Brasil elaborado pela SERASA, a inadimplência atingiu quase 63 milhões de brasileiros em maio de 2021. As dívidas com cartão de crédito representaram o maior percentual (29,70%) e a faixa etária mais afetada foi de 26 a 40 anos com 35,8% de endividamento (SERASA, 2021).

Para falar de inadimplência, porém, precisa-se primeiramente separar este conceito do endividamento. Segundo Tolotti (2010, p. 1), “O endividado é aquela pessoa que se joga para um risco. Ela não sabe como vai pagar, mesmo assim compra”. A autora separa os endividados em 3 categorias: os ativos, que estão sempre contraindo dívidas; os passivos, que são os endividados momentâneos, que passaram por algum imprevisto e os sobreendividados que, segundo a autora, são equivalentes aos falidos, estourando cheques especial e se utilizando de várias

linhas de crédito e estas condições independem do salário recebido (TOLOTTI, 2010, p1).

Diferentemente dos endividados, o inadimplente representa alguém que não conseguiu cumprir um compromisso, ou, conforme Teixeira (2001, p. 19), “inadimplência é a falta de pagamento; inadimplemento é o termo jurídico utilizado em regra, para designar uma situação de não cumprimento da cláusula contratual”.

A Confederação Nacional do Comércio (CNC) elabora mensalmente a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), onde faz o acompanhamento do perfil do endividamento do consumidor, comprometimento de renda, dívidas em atraso e capacidade de pagamento. No relatório de julho de 2021, o total de endividados foi de 71,4%, 4 pontos percentuais acima do mesmo período do ano anterior. Os consumidores com dívidas em atraso representaram 25,6% e o percentual dos que alegam que não terão condições de pagar foi de 10,9% (PEIC, 2021).

Figura 2 – Perfil do Endividamento do Consumidor

Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias)			
	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Julho de 2020	67,4%	26,3%	12,0%
Junho de 2021	69,7%	25,1%	10,8%
Julho de 2021	71,4%	25,6%	10,9%

Fonte: PEIC, julho 2021

Nota-se que o endividamento é superior nas famílias com renda inferior a 10 salários (38,8% quando somados os muito endividados e os mais ou menos endividados) enquanto para as famílias com renda superior a 10 salários o percentual foi de 24,4% (PEIC, 2021).

O índice de inadimplência, porém, apresenta maior discrepância quando comparadas as duas faixas de renda da pesquisa. O percentual de inadimplência entre as famílias com renda menor que 10 salários foi de 28,7%, bem superior ao percentual de 12,1% para as famílias com renda acima de 10 salários (PEIC, 2021).

De acordo com a PEIC, houve leve alteração também na percepção de endividamento dos consumidores conforme mostrado na Figura 3.

Figura 3 - Nível de Endividamento (% em relação ao total de famílias)

Nível de endividamento (% em relação ao total de famílias)			
Categoria	Julho de 2020	Junho de 2021	Julho de 2021
Muito endividado	15,5%	14,7%	14,6%
Mais ou menos endividado	25,0%	24,6%	25,6%
Pouco endividado	27,0%	30,4%	31,2%
Não tem dívidas desse tipo	32,4%	30,3%	28,5%
Não sabe	0,1%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,1%	0,0%	0,0%

Fonte: PEIC, julho 2021

No que diz respeito ao comprometimento da renda, a média entre as famílias endividadas ficou em 30,5% da renda mensal, porém, o percentual de famílias com mais de 50% da renda mensal comprometida foi de 21,1% (PEIC, 2021).

Ainda segundo a pesquisa, a importância do crédito para a economia brasileira vem aumentando, pois é uma ferramenta de recomposição de renda e potencialização do consumo, sobretudo o crédito ao consumidor, porém, um aumento no endividamento é sinal de alerta pois pode representar um aumento da inadimplência no futuro.

4 POUPANÇA

A complexidade do comportamento de poupar decorre da interação de diversas variáveis. Entre essas variáveis, encontram-se fatores socioeconômicos, como idade, educação e renda (Keynes, 1936; Bernheim, Garret e Maki, 1997), aspectos psicológicos e comportamentais relacionados ao autocontrole (Rha, Montalto e Hanna, 2006), estabelecimento de metas (Soman e Zhao, 2011), perspectiva de futuro (Trope e Liberman, 2003), motivações (Canova, Rattazzi e Webley, 2005) e expectativas do consumidor (Katona, 1975).

Browning e Lusardi (1996) afirmam que a incerteza tem um efeito negativo no consumo, principalmente quando combinada com restrições de liquidez. Além disso, eles encontraram evidências de que a poupança por precaução é mais importante para jovens e pessoas de baixa renda. Carroll (1992) propõe que a resposta ideal das famílias diante da incerteza de renda futura seja a formação rápida de um estoque de ativos líquidos (*buffer stock*) na fase inicial do ciclo de vida, seguida por um movimento paralelo entre o consumo e a renda.

Gourinchas e Parker (2000) descobrem evidências de que o comportamento das famílias é consistente com esse argumento até a meia-idade. No entanto, na fase final do ciclo de vida, as famílias começam a poupar rapidamente para a aposentadoria, agindo mais de acordo com o modelo convencional. Freitas (2010) conclui que o efeito da poupança precaucionária no Brasil é estatisticamente significativo. Da mesma forma, Ribeiro (2015) encontra evidências de que a razão principal para a poupança das famílias, inclusive dos mais idosos, é o motivo de precaução. Moreira e Silveira (2015) concluem que uma maior estabilidade na renda tem um efeito negativo sobre a taxa de poupança.

Os níveis de poupança desempenham um papel crucial na economia, com implicações diretas em seu desenvolvimento. Como destacado por Mota (2017), a poupança é uma valiosa fonte de recursos para investimentos produtivos, proporcionando os meios necessários para impulsionar o crescimento econômico sustentável. Além disso, altos índices de poupança fortalecem a estabilidade financeira do país, conferindo-lhe maior resiliência para enfrentar crises econômicas e reduzindo sua dependência de fontes externas de financiamento.

Existe um amplo debate na teoria econômica sobre a relação entre poupança e investimento. Muitos economistas defendem que o nível de produção de longo

prazo de uma economia está diretamente ligado ao nível de poupança gerado por essa economia, que é utilizado para financiar a formação bruta de capital, investimentos em infraestrutura e outros elementos que promovem maior eficiência produtiva e o fortalecimento da economia como um todo (AFONSO *et al*, 2019). Nesse sentido, há uma relação *ex ante*, em que a poupança desempenha um papel fundamental na formação de investimentos futuros. O autor prossegue afirmando que, há controvérsias a partir da ideia defendida por diversos economistas de que o investimento é o fator responsável pelo aumento da produção. Segundo essa perspectiva, o aumento do investimento levaria ao aumento da produção, o que resultaria em uma formação futura de poupança impulsionada pelo aumento do produto, que seria suficiente para financiar esses investimentos (AFONSO *et al*, 2019).

A promoção da educação financeira também se torna crucial, capacitando os cidadãos a adotarem uma postura mais consciente em relação à poupança e ao planejamento financeiro. Essa conscientização pode levar a mudanças comportamentais significativas, com indivíduos e famílias priorizando a poupança como uma parte essencial de suas vidas financeiras. Investimentos em programas educacionais e campanhas de conscientização podem desempenhar um papel vital na disseminação desses conhecimentos e na mudança de paradigmas (MOTA, 2017).

Poupar significa reservar parte da renda atual para uso futuro, e uma das decisões financeiras mais comuns é a de quanto poupar em um determinado período. Estudos empíricos indicam que pessoas com renda mais alta tendem a poupar mais para a aposentadoria e apresentar uma taxa de poupança mais elevada ao longo da vida, em comparação com aquelas de baixa renda. Além disso, indivíduos com maior nível de escolaridade tendem a ter uma renda mais alta, como demonstrado por Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011), Campbell (2006), Bernheim *et al.* (1997) e Becker (1962).

De acordo com Lusardi e Mitchell (2007), a educação financeira e o planejamento para a aposentadoria estão diretamente relacionados, indicando que indivíduos com maior conhecimento financeiro têm maior propensão a poupar. Bernheim e Garret (2003) concordam, argumentando que pessoas com maior escolaridade e renda têm maior probabilidade de poupar.

Costa e Miranda (2013) conduziram estudo para investigar se a educação financeira influencia na taxa de poupança. Para tanto, foi utilizada uma base de dados primária, com 345 indivíduos que responderam questionário para medir o seu nível de conhecimento financeiro. Foi constatado que o nível de escolaridade (medido em anos de estudo) não teve impacto na taxa de poupança, enquanto o nível de educação financeira teve uma influência direta na decisão de quanto os indivíduos poupam. Esse achado evidencia que, embora a escolaridade desempenhe um papel crucial na determinação da renda, conforme apontado pelas teorias do capital humano e estudos empíricos, ela exerce pouca influência na determinação da taxa de poupança. Além disso, esse resultado sugere que um conhecimento específico, como o financeiro, desempenha um papel fundamental na determinação da taxa de poupança.

Alinhado a este resultado, o estudo realizado por Heckman *et al.* (2011) analisou 80 estudantes de uma universidade localizada no Centro-Oeste dos Estados Unidos e identificou uma correlação significativa entre o nível de renda e o nível de educação financeira.

Outros estudos sobre o tema da educação financeira tiveram como objetivo compreender o nível de conhecimento financeiro da população, a propensão à poupança e as estratégias de planejamento da aposentadoria (Lusardi e Mitchell, 2007). De acordo com Clark *et al.* (2006), a tomada de decisão ideal requer um conhecimento adequado dos princípios financeiros e educação. Lusardi e Mitchell (2007, 2008) destacam a ligação entre educação financeira e preparação para a aposentadoria (sinônimo de poupança), enquanto Bernheim, Garret e Maki (1997) observam que o nível de poupança declarada aumenta significativamente com a escolaridade e a renda.

Já no estudo sobre planejamento de aposentadoria realizado por Lusardi e Mitchell (2011), foi observado que, embora a renda tenha um efeito positivo na decisão de realizar um planejamento de poupança para o futuro, esses níveis variam de forma positiva de acordo com o nível de educação, diferentemente do achado de Costa e Miranda, (2013). Em outras palavras, os indivíduos com ensino superior ou maior tendem a poupar mais do que os demais, independentemente do seu nível de renda. O mesmo padrão é observado para aqueles que possuem maior educação financeira, endossando os estudos citados anteriormente. Este resultado também foi encontrado no estudo de Mitchell e Cogan (2002) onde constataram que, em sua

amostra de estudo, 23,8% das pessoas possuíam investimento em ações. Eles também observaram que esse número aumentava rapidamente à medida que o nível de escolaridade se elevava.

Ao não iniciar uma poupança previdenciária pessoal o mais cedo possível para assegurar o sustento futuro, a população acaba envelhecendo dependendo principalmente do mercado de trabalho. Muitos idosos que se aposentam precisam continuar trabalhando, muitas vezes em empregos informais ou ocasionais, para garantir sua sobrevivência (Marcolin e Abraham, 2006).

Os índices de poupança são influenciados por uma série de fatores interconectados. Estudos têm apontado a renda e o nível socioeconômico como variáveis de grande relevância nesse contexto (Salles, 2019). Em um país com profundas desigualdades socioeconômicas, é comum observar disparidades nos padrões de poupança entre diferentes segmentos da sociedade, refletindo as condições financeiras e as oportunidades disponíveis para cada grupo.

A literatura vem apontando para uma relação direta entre a poupança e o nível de renda. Marques *et al* (2018) em seu estudo entre os estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais, verificou percentual de 89% de poupadores entre os participantes, percentual este concentrado nos participantes com maior renda familiar. Miotto (2013) afirma que pessoas com rendas mais baixas têm uma proporção maior de seu orçamento comprometida com despesas essenciais. Isso resulta em um esforço adicional para poupar dinheiro, bem como na necessidade de um planejamento financeiro cuidadoso. Katona (1975) também destaca a baixa renda como um dos fatores que contribuem para o endividamento e falta de poupança..

Além disso, políticas governamentais desempenham um papel significativo na determinação dos índices de poupança. Incentivos fiscais, por exemplo, podem estimular os indivíduos a pouparem parte de sua renda, proporcionando benefícios financeiros e reduzindo a carga tributária sobre esses recursos (Marques e Teixeira, 2019). Da mesma forma, a cultura de consumo, influenciada por fatores socioculturais e hábitos de consumo arraigados, também impacta a propensão à poupança. Uma sociedade voltada para o consumo excessivo tende a apresentar índices de poupança mais baixos em comparação a sociedades que valorizam a prática da poupança como uma ferramenta para a segurança financeira e a realização de projetos futuros.

Moreno (2016) ressalta a importância dos governos em criar um ambiente favorável à poupança. É fundamental reconhecer que o "excesso de poupança" em outras partes do mundo não compensará o déficit de poupança na região. Não se pode contar com investimentos de longo prazo por parte de estrangeiros em países cujos cidadãos não possuem confiança suficiente para poupar. Portanto, é recomendado aos governos que gerem mais poupança, gastando de forma mais eficiente, tornando os sistemas previdenciários mais sustentáveis, equitativos e inclusivos. Além disso, é essencial promover e facilitar o desenvolvimento de sistemas financeiros que ofereçam uma ampla variedade de instrumentos de poupança e investimento para famílias e empresas.

No que diz respeito ao setor financeiro, é recomendado que ele apoie esses esforços, ampliando sua abrangência para alcançar um número maior de pessoas e oferecendo melhores instrumentos financeiros. Já às famílias, é aconselhável que se dediquem a construir uma cultura de poupança, inclusive por meio da educação financeira desde cedo.

Segundo Halfeld (2001, p. 21) “as pessoas poupam com dois objetivos básicos: consumir mais, em breve; enfrentar o declínio que a natureza impõe à capacidade produtiva do homem após certa idade.”

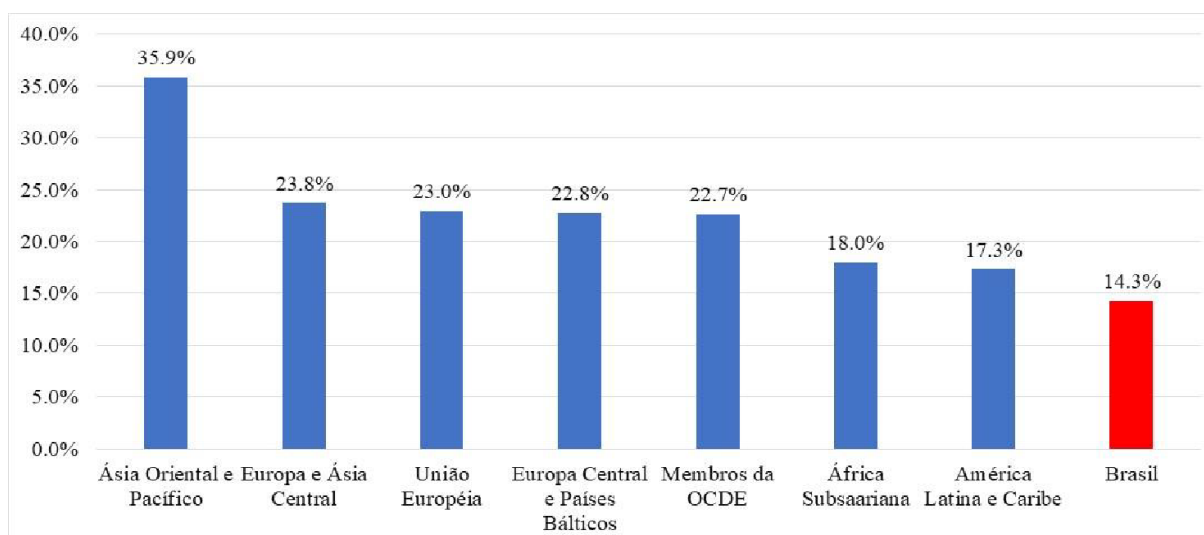
De acordo com Keynes (1936), o comportamento de poupar é complexo, pois muitas são as variáveis, como por exemplo fatores socioeconômicos como idade, educação e renda. Esta complexidade de fatores também foi notada por (BERNHEIM, GARRET e MAKI, 1997).

Moreno (2016), defende a importância de elevar os níveis de poupança não apenas como forma de lidar com riscos, mas principalmente para gerar prosperidade e promover o desenvolvimento sustentado na América Latina e Caribe. Essa região apresenta uma taxa média de poupança inferior às economias avançadas e significativamente mais baixa do que a da Ásia emergente. Para abordar essa questão, o autor propõe seis medidas: enfrentar o desafio da previdência; direcionar investimentos para infraestrutura e despesas de capital; aprimorar a focalização da política fiscal; incentivar a poupança familiar e promover uma cultura de poupança; impulsionar a produtividade; e corrigir o sistema financeiro.

No caso brasileiro, estudos apontam para um baixo nível de poupança doméstica em relação ao PIB (14,4% em 2015) ficando abaixo da média dos países

ricos e da média da América Latina e Caribe (AFONSO *et al*, 2019). Nos Gráficos 1 e 2, pode-se observar esta afirmação.

Gráfico 1 - Poupança doméstica bruta em países selecionados (Em % do PIB) 2017



Fonte: Adaptado do Banco Mundial por Afonso *et al* (2019).

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, a taxa de poupança no país tem apresentado variações significativas. Em 2020, por exemplo, a taxa de poupança bruta no Brasil foi de 15,4% do PIB, um aumento em relação aos anos anteriores (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021). Porém, é preciso reconhecer que a taxa de poupança no Brasil ainda se encontra abaixo de outros países emergentes e também de alguns países da América Latina, indicando a necessidade de medidas que incentivem a cultura da poupança e promovam uma maior taxa de poupança no país. Políticas governamentais desempenham um papel fundamental nesse processo, oferecendo incentivos fiscais e criando um ambiente propício para a poupança, tanto a nível individual como institucional (MOTA, 2017).

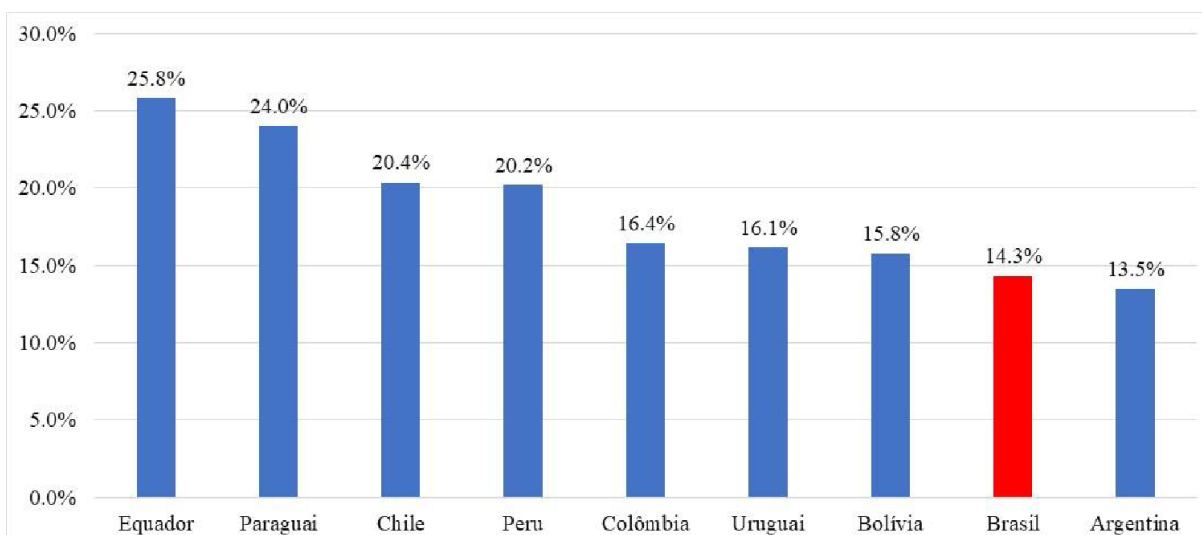
De acordo com Brito e Minari (2015), levando em consideração a atual forma das instituições brasileiras, não há motivos para que a poupança voluntária das famílias aumente. Os autores concluem que, com exceção dos 5% mais bem remunerados, os trabalhadores brasileiros cobertos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) agem de forma racional ao consumir toda a sua renda, uma vez que os benefícios prometidos pela previdência social, se forem efetivamente

cumpridos, serão mais do que suficientes para preservar ou até mesmo elevar seu nível de consumo na terceira idade.

Segundo Macedo (2016), no contexto brasileiro, argumenta-se que a poupança individual financia um volume de investimentos muito maior do que a poupança proveniente de crédito financeiro. Isso se deve ao fato de que, mesmo quando os investimentos são realizados por meio de financiamentos, é necessário que o tomador poupe para quitar essas obrigações, mesmo que seja em um momento posterior à realização do investimento.

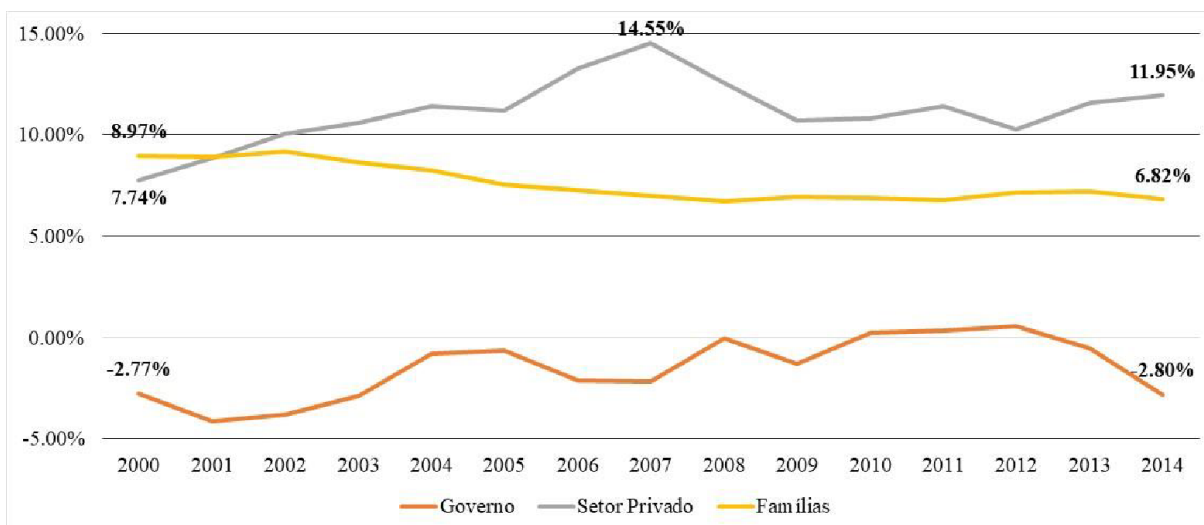
O gráfico 2 mostra o comparativo Brasil x América Latina evidenciando o baixo nível de poupança brasileiro.

Gráfico 2 - Poupança doméstica bruta em países selecionados da América do Sul (Em % do PIB de 2017)



Fonte: Adaptado do Banco Mundial por Afonso *et al* (2019).

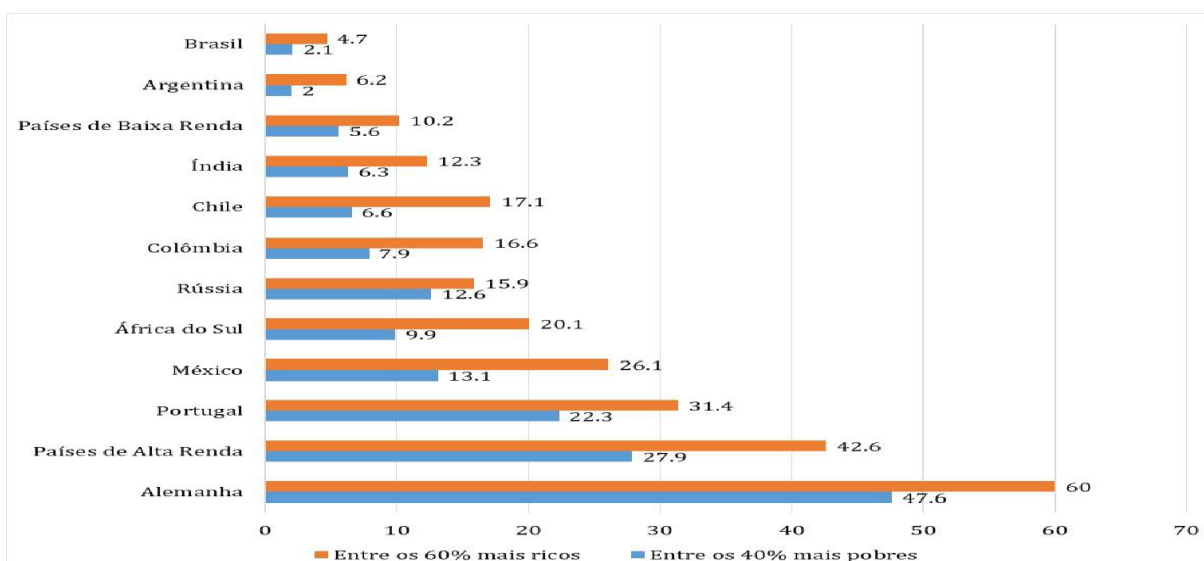
O Gráfico 3 mostra a participação da poupança das famílias em relação ao PIB de 2000 a 2014.

Gráfico 3 - Poupança: Diversos Setores (Em % do PIB) - SCN 2010: 2000-2014

Fonte: Adaptado do Banco Mundial por Afonso *et al* (2019).

De acordo com Brito e Minari (2015), com exceção dos 5% mais bem remunerados, os trabalhadores brasileiros consomem toda a sua renda, pois estão cobertos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e estes benefícios serão suficientes para preservar seu nível de vida na velhice.

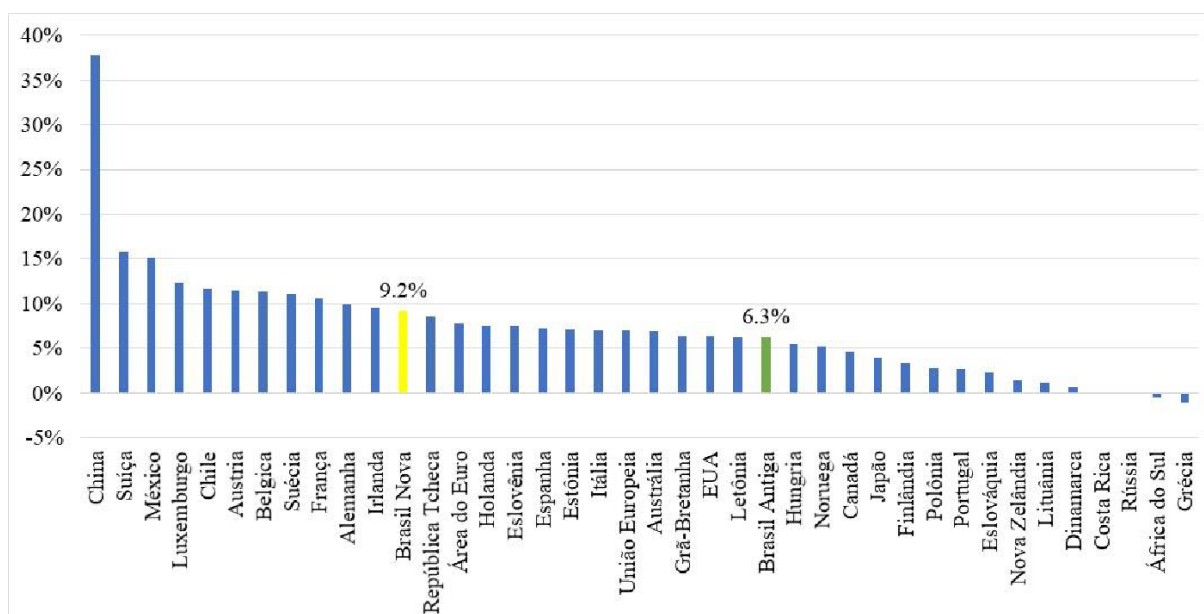
Analisando o percentual de brasileiros que poupam para a velhice, o resultado é ainda pior conforme podemos ver no Gráfico 4.

Gráfico 4 - População que poupa p/ velhice: Mais Ricos x Mais Pobres (Em % População Maior de 15 anos)

Fonte: Adaptado do Banco Mundial por Afonso *et al* (2019).

Quando comparamos, porém, o nível de poupança em relação a Renda Bruta Disponível, chega-se a outro indicador conforme observado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Poupança das Famílias (Em % da Renda Disponível das Famílias) países selecionados – 2009



Fonte: Adaptado do Banco Mundial por Afonso *et al.* (2019)¹.

Para Afonso *et al.* (2019), a melhora da posição brasileira em relação ao nível de poupança se explica da seguinte forma:

“A hipótese forte é que a atual e maior dimensão relativa da poupança doméstica no Brasil do que em outros países seria mais uma faceta da brutal concentração de renda, que tradicionalmente marca o País. Os próprios dados mais recentes do IRPF atestam que as faixas de maior rendimento concentram a renda e a riqueza declarada, e que tanto maior a renda menor o peso relativo daquelas de origem tributável (como os salários). Mas tal fonte de declarações fiscais não trata de como as rendas são gastas. [...] O paradoxo da poupança no Brasil é enorme. Ainda que poucos poupem muito, a imensa maioria dos brasileiros nada ou nunca poupa para velhice. Quando se poupa, se faz de forma improdutivo, em prazos curtos e concentrado em financiar ao governo, o que não impulsiona o desenvolvimento [...]”

O trabalho efetuado por Afonso *et al.* (2019) revela o baixo nível de poupança brasileiro em relação ao PIB, porém este indicador muda quando se analisa o nível

¹ As expressões Brasil Antigo e Brasil Novo apresentadas no gráfico 5 se devem a uma mudança de metodologia de cálculo da renda disponível. Os dados do gráfico relacionados ao Brasil Antigo referem-se à metodologia SCN-2000, enquanto os dados do Brasil Novo já foram calculados pela nova metodologia SCN-2010. Sistema de Contas Nacionais (SCN).

de poupança em relação à renda disponível, que é explicado pelo autor pela concentração de renda encontrada no Brasil.

5 EMPREENDEDORISMO

As pesquisas sobre empreendedorismo, vem avançando em diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo: características psicológicas do empreendedor, estratégias e causas de sucesso ou insucesso, influência de fatores externos (ambientais, sociais e econômicos) no empreendedorismo. Analisando por categorias, podemos agrupar essas pesquisas em: definição da palavra empreendedorismo, características psicológicas dos empreendedores, estratégias de sucesso (novos empreendimentos e já existentes), exploração de oportunidades de novos negócios e estudo dos efeitos de fatores ambientais sobre as ações empreendedoras (BULL e WILLARD, 1993).

Esse estudo, porém, não buscou identificar os motivos que levaram os universitários a empreender, nem classificá-los, mas sim identificar os que já possuem o desejo de empreender para posteriormente verificar o nível de poupança.

O empreendedorismo é classificado por Shane Venkataraman (2000) como um processo que ocorre por meio da criatividade e inovação e visa a descoberta, evolução ou exploração de oportunidades.

De acordo com Hisrich (2004) o empreendedorismo é:

“o processo de criar algo novo, com valor dedicando o tempo e os esforços necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e independência econômica e pessoal” (HISRIC, 2004, p. 29).

Compreender os fatores que levam os indivíduos ao empreendedorismo tem sido um tema importante para as pesquisas científicas realizadas (Johnson; Freeman; Staudenmaier, 2015). Embora sejam abundantes as pesquisas que tratam das características individuais dos empreendedores, tais como: necessidade de realização e o locus de controle interno - propensão para correr riscos (Brockhaus, 1982), visão, paixão, desejo pela independência e ação (Shane *et al.*, 2003; Shane e Venkataraman, 2000), criatividade, a assunção de riscos e inovação (Shane e Venkataraman, 2000; Stewart e Roth, 2001; Moroz e Hindle, 2012), ainda são poucas as pesquisas relacionadas à propensão ao empreendedorismo como uma

predisposição do indivíduo para criar novos negócios. Sendo assim, a propensão para a ação é uma predisposição pessoal para agir em suas decisões, refletindo-se como componente que exprime as intenções (SHAPERO e SOKOL, 1982).

A influência familiar é um fator significativo no desenvolvimento da intenção empreendedora de um indivíduo, uma vez que os pais fornecem suporte na escolha do empreendedorismo como carreira, por meio da transferência de capital humano e financeiro (Lindquist, Sol e Van Praag, 2015; Mishkin, 2021; Moreno-Gómez, Gómez-Araujo e Castillo-De-Andreis, 2019; Staniewski e Awruk, 2021; Vladasel, 2019). Portanto, o estudo da influência dos pais é particularmente relevante, considerando o papel fundamental da atividade empreendedora no crescimento econômico e desenvolvimento dos países. Especialmente em economias em desenvolvimento, o empreendedorismo oferece aos indivíduos a oportunidade de buscar rendimentos mais altos (Castellanza, 2020) e, em alguns casos, torna-se a única opção para obter emprego e sustento (Kimmitt, Muñoz e Newbery, 2020; Urbano e Alvarez, 2014).

Em seu estudo, Soares *et al*, (2023) conclui que:

Os resultados confirmaram que a intenção empreendedora pode ser condicionada pelo suporte parental, permitindo reafirmar que possuir pai empreendedor, assim como pais empreendedores (pai e mãe), gera aumento na intenção empreendedora do indivíduo.

No Brasil, considerando especificamente o sistema universitário, têm-se a convicção de que os estudantes são, de modo geral, preparados para ingressarem no mercado de trabalho como empregados e não como empreendedores (DOLABELA, 2005). Embora no Brasil não se possa afirmar que a educação empreendedora é uma política nacional, cursos relacionados ao empreendedorismo vem sendo oferecidos como disciplinas eletivas, principalmente em faculdades de administração, turismo e informática (LEMOS *et al.*, 2007).

O relatório GEM, até 2018, separava os empreendedores em duas categorias: empreendedores por necessidade e empreendedores por oportunidade, porém a partir de 2019, o relatório passou a não separar mais essas categorias. Vale ressaltar que segundo um estudo realizado por Headd (2003), as taxas de sobrevivência de negócios fundados por empreendedores de oportunidade são maiores. Essa mesma opinião é compartilhada pelo GEM, que também indica

maiores taxas de sobrevivência (Reynolds *et al.*, 2008). O relatório GEM define empreendedores de oportunidade como aqueles que, quando indagados em entrevista, afirmam “ter iniciado o negócio principalmente pelo fato de terem identificado uma oportunidade de negócio viável a ser concretizada no ambiente em que atuam” (GEM, 2018).

As pesquisas enfatizam a dicotomia entre necessidade e oportunidade como fatores influenciadores da decisão de empreender (Corrêa e Vale, 2013). Os empreendedores por necessidade iniciam um negócio de forma autônoma com o objetivo de prover o sustento de suas famílias devido à falta de melhores opções de trabalho. No entanto, esses empreendedores vão além da escassez de empregos, buscando desenvolver ideias e buscar crescimento pessoal (Barlach, 2011). Por outro lado, os empreendedores por oportunidade iniciam um negócio mesmo quando têm outras opções de emprego e fontes de renda disponíveis. Esses indivíduos decidem empreender para aumentar a renda familiar e realizar o desejo de independência, impulsionados pela identificação de uma oportunidade de negócio promissora (GEM, 2012).

Além disso, é importante ressaltar que o empreendedorismo pode ser analisado a partir de duas perspectivas. A teoria da criação afirma que o empreendedor cria oportunidades a partir dos recursos que possui (Chandler, DeTienne, McKelvie e Mumford, 2011), enquanto a teoria do descobrimento, em contraste com a anterior, argumenta que as oportunidades não são criadas, mas sim descobertas (Álvarez e Barney, 2007).

Roncon e Munhoz (2009) conduziram estudos com formandos do curso de enfermagem e observaram baixo grau de características empreendedoras entre eles. Para que o ensino do empreendedorismo se torne mais eficiente, sugerem que é preciso adotar metodologias próprias, diferentes das adotadas no ensino convencional. Apontam para uma abordagem andragógica fundamentada no “aprender fazendo”, utilizando técnicas como oficinas, metáforas, modelagem, dinâmicas e estudo de caso. Concluem que é também necessário que o professor mude, passando de alguém que dita procedimentos padrões para tornar-se muito mais um incentivador e condutor de atividades.

Segundo Vedovello (2000), as micro e pequenas empresas representam a maior fonte de empregos, mas além disso também o fundamento das economias locais, bem como da inovação e do desenvolvimento de novos produtos. Ainda de

acordo com Vedovello (2000), o Brasil poderá alavancar um enorme potencial empreendedor através da capacitação empresarial e gerencial dos empreendedores e, do lado do poder público, via políticas de fomento aos pequenos negócios.

Provinciali *et al.* (2005) identificaram que entre os estudantes de quatro cursos de Administração de Empresas do estado de Sergipe, mais de 25% pretendiam abrir o seu próprio negócio após a conclusão do curso.

Da mesma forma, porém com resultados superiores, o estudo de Canever *et al.* (2013) apontou que o interesse dos estudantes em iniciar um novo negócio é consideravelmente alto. Apenas 17,9% dos estudantes possuem pouco ou nenhum interesse em empreender, enquanto 57,6% dos estudantes demonstram um nível de interesse razoável ou muito alto.

Rosário (2007) em sua dissertação realizou uma pesquisa abrangendo os 4361 alunos finalistas da Universidade do Porto, com uma taxa de resposta de 55.6%. Os resultados revelaram uma taxa de propensão ao empreendedorismo razoavelmente elevada, atingindo 26,5%. Essa taxa de propensão ao empreendedorismo é comparativamente mais alta em relação aos valores de referência internacionais, como Áustria, Alemanha, Noruega e Turquia. Embora seja evidente que um número significativo de estudantes almeja criar seu próprio negócio, constatou-se que eles possuem uma preparação inadequada em gestão voltada para o empreendedorismo.

Com resultado semelhante, porém obtido junto a população geral, o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) em parceria com o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, elabora anualmente o Relatório GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*) coordenado mundialmente pela *London Business School, Badson College e Korea Entrepreneurship Foundation*. No Brasil o relatório se chama Empreendedorismo no Brasil e os dados apresentados a seguir são de 2019. Para a pesquisa, foram ouvidas 2.000 pessoas com idade entre 18 e 64 anos, além de 67 especialistas de diversas áreas associadas ao empreendedorismo e os resultados foram tabulados separadamente.

O empreendedorismo é classificado de várias formas na literatura. Para este trabalho de pesquisa será utilizada a classificação do GEM, que define o empreendedorismo como “qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente” (GEM Brasil, 2019).

Para elaboração da pesquisa, o GEM classifica os empreendedores em 3 categorias:

“Os **empreendedores nascentes** estão envolvidos na estruturação de um negócio do qual são proprietários, mas que ainda **não pagou** salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de três meses;

Os **empreendedores novos** administram e são proprietários de um novo negócio, que **pagou** salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários **por mais de três meses e menos de 42 meses (3,5 anos)**;

Os **empreendedores estabelecidos** são aqueles que administram e são proprietários de um negócio tido como consolidado, que **pagou** salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários **por mais de 42 meses.**” (GEM Brasil, 2019).

Como a pesquisa visa medir a intenção de empreender, a análise do relatório será focada em uma classificação adicional que também é mencionada na pesquisa: a do empreendedorismo potencial. De acordo com o relatório, “são considerados potenciais empreendedores aqueles indivíduos que ainda não são empreendedores (não considerados nos itens anteriores), mas que pretendem abrir um novo negócio nos próximos três anos” (GEM Brasil, 2019).

Figura 4 - Taxa (em %) e estimativas (em unidades) de empreendedorismo segundo o estágio e potenciais empreendedores - Brasil – 2018/2019

Taxas	Taxas		Estimativas	
	2018	2019	2018	2019
Empreendedorismo total	38,0	38,7	51.972.100	53.437.971
Empreendedorismo Inicial	17,9	23,3	24.456.016	32.177.117
Novos	16,4	15,8	22.473.982	21.880.835
Nascentes	1,7	8,1	2.264.472	11.120.000
Empreendedorismo estabelecido	20,2	16,2	27.697.118	22.323.036
Empreendedorismo potencial	26,0	30,2	22.092.889	25.545.666

Fonte: GEM Brasil 2019

De acordo com o estudo, 3 em cada 10 brasileiros pretendem abrir um negócio nos próximos 3 anos, o que significa uma média de 8 milhões de novos empreendedores por ano e um crescimento de 4,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior (GEM Brasil, 2019).

Em relação à escolaridade, o maior percentual de empreendedores iniciais (empreendedores nascentes + novos) na faixa que possui ensino superior completo (27,6%) e o menor percentual foi encontrado na faixa que possui ensino fundamental incompleto (18,4%). Importante salientar que mesmo apresentando percentual

menor, este grupo possui 5,5 milhões de pessoas, cerca de 500 mil a mais do que os empreendedores com superior completo.

Outro dado interessante do relatório e que será útil como base de comparação para a pesquisa foi a questão relacionada aos “sonhos profissionais” dos brasileiros. A opção “ter um negócio próprio” apresentou o maior percentual entre os não empreendedores conforme figura abaixo:

Figura 5 - Percentual da população segundo "os sonhos profissionais": comparação entre indivíduos não empreendedores e empreendedores por estágio - Brasil – 2019

Sonho	%			
	Empreendedores			Não Empreendedores
	Nascentes	Novos	Estabelecidos	
Fazer carreira numa empresa	22,6	16,5	9,8	28,8
Ter o próprio negócio	66,7	33,8	19,2	38,7
Carreira no serviço público	19,1	10,2	7,1	19,3

Fonte: GEM Brasil 2019

O relatório também apresenta outro dado que é importante para a pesquisa: a percepção de fatores limitantes para a abertura ou manutenção de novos negócios. Na visão dos especialistas, a opção “apoio financeiro” apareceu em 34,3% dos respondentes, ficando na terceira posição. Para os especialistas que selecionaram essa opção, a maioria apontou três aspectos:

“as taxas de juros cobradas pelos bancos para o acesso ao crédito produtivo, incluindo todos os demais custos inseridos na operação; o nível de exigência de garantias ao tomador para efetivar uma operação de financiamento; e o excesso de procedimentos burocráticos que frequentemente restringem o empreendedor na obtenção de recursos para o seu negócio. Alguns especialistas ainda comentaram sobre as poucas oportunidades de créditos disponíveis com finalidade específica para apoiar as atividades inovadoras nos empreendimentos, considerando os riscos inerentes à operação.” (GEM Brasil, 2019).

Figura 6 - Principais fatores limitantes para a abertura e manutenção de novos negócios segundo os especialistas entrevistados - Brasil – 2019

Fatores	% dos especialistas
Políticas Governamentais	47,8
Clima Econômico/ Contexto Político, Institucional e Social/ e Corrupção	43,3
Apoio Financeiro	34,3

Fonte: GEM Brasil 2019

Interessante observar que quando essa percepção é captada pela população, o aspecto da facilidade de acesso ao crédito aparece em primeiro lugar mencionado por 45,7% dos entrevistados. Esta informação sugere que a suposição de Banerjee e Moll (2010) pode estar correta. Os autores afirmam que:

Por outro lado, a má alocação na margem extensiva existe apenas se houver não-convexidades na produção, ou se alguns indivíduos possuem capital zero, e não forem captados pelas metodologias atuais de medição da má alocação que se concentram na equalização dos produtos marginais. Portanto, pode haver muito mais má alocação do que os dados sobre produtos marginais sugerem - em particular, porque existem pessoas talentosas que nunca têm dinheiro suficiente para iniciar um negócio - e, portanto, não as vemos nos dados.

Figura 7 - Sugestões da população sobre ações para estimular as pessoas a se tornarem empreendedoras - Brasil 2019

Ação	% da população
Maior facilidade de acesso ao crédito	45,7
Maior difusão de cursos de empreendedorismo	19,0
Menores custos para contratar mão de obra	14,6
Maior rapidez para abrir uma empresa	11,4
Maior oferta de serviços tecnológicos	5,1
Outras	0,4
Não sabe	3,7

Fonte: GEM Brasil 2019

Esses dados são importantes pois existe a percepção de dificuldade de acesso ao crédito por parte dos especialistas e principalmente da população. A pesquisa realizada buscou identificar se essa dificuldade está ou não relacionada à inadimplência e/ou ao alto nível de endividamento dos entrevistados.

Para muitos pesquisadores, a questão do ensino do empreendedorismo é controversa, especialmente quando se trata de questionar se a habilidade empreendedora é inata ou pode ser desenvolvida. No entanto, de acordo com Greatti *et al.* (2010), o empreendedorismo pode ser ensinado. A principal questão é que os requisitos necessários para ensiná-lo podem diferir dos métodos tradicionais de ensino utilizados pelas instituições educacionais.

Dolabela (1999) propôs três níveis de aprendizagem empreendedora: (a) primário, que envolve familiares e amigos próximos; (b) secundário, que se refere a redes de contatos em torno de uma atividade específica; e (c) terciário, que inclui cursos, livros, viagens, feiras e congressos. Segundo o autor, o nível primário é a principal fonte de formação empreendedora, já que os empreendedores tendem a

aprender com as pessoas ao seu redor, não se limitando apenas a fontes reconhecidas e tradicionais, como livros, relatórios e cursos. Dolabela enfatiza que os alunos aprendem melhor em um ambiente emocionalmente estimulante, assimilando as experiências de terceiros. Portanto, para criar um ambiente de ensino de empreendedorismo eficaz, é crucial apresentar exemplos de empreendedores e explorar suas histórias, desafios e soluções (Greatti *et al.*, 2010). Além disso, Greatti *et al.* (2010, p. 5) destacam a importância do desenvolvimento de habilidades empreendedoras por meio de metodologias problematizadoras e da promoção da cultura empreendedora em disciplinas específicas. Os cursos de Administração devem objetivar não apenas responder às necessidades do mercado de trabalho, mas, também, transformar e alterar a realidade”.

Lautenschläger e Haase, (2011) destacam que há aspectos do empreendedorismo que podem ser mais fáceis de ensinar do que outros. Segundo os autores, habilidades e competências como criatividade, inovação, proatividade, tomada de decisão e propensão ao risco ainda não possuem métodos de ensino adequados para respaldá-las devidamente. Estudiosos da educação empreendedora têm defendido uma abordagem pedagógica mais prática como sendo mais apropriada para o ensino do empreendedorismo. Embora a tradicional aula expositiva possa ser utilizada para transmitir aspectos teóricos e culturais do empreendedorismo, os demais aspectos da ação empreendedora podem ser direcionados para métodos e recursos pedagógicos mais dinâmicos (Honig, 2004; Peterson e Limbu, 2010; Ruskovaara *et al.*, 2010).

Rocha e Freitas, (2014) buscaram investigar as transformações ocorridas entre estudantes universitários de Cursos de Administração, do município de Fortaleza, depois de submetidos às atividades educacionais de formação em empreendedorismo (AEFE). Foi observado que os estudantes que participaram do programa de educação empreendedora (AEFE) tiveram alterações em relação às dimensões do perfil empreendedor em comparação com os estudantes que não participaram. As dimensões: Autorrealização, Planejador, Inovador, Assume Riscos, Líder e Sociável formaram o perfil empreendedor neste estudo, confirmando a natureza multidimensional do empreendedor. Além disso, foi notado que algumas dimensões do perfil empreendedor sofreram alterações mais significativas do que outras. No entanto, as dimensões Líder e Sociável não apresentaram mudanças significativas quando analisadas separadamente nos dois grupos. As dimensões de

Auto Realização, Planejador, Inovador e Assume Riscos foram as que apresentaram alterações significativas, demonstrando que o ensino de empreendedorismo pode desenvolver características empreendedoras.

Diversos fatores que afetam a propensão ao empreendedorismo têm sido analisados na literatura, incluindo fatores sociais, ambientais e individuais (SHANE, LOCKE e COLLINS, 2003; GUROL e ATSAN, 2006). Os fatores sociais referem-se a como as características familiares, experiências de vida e estágio da carreira afetam o impulso empreendedor. O modelo dos fatores ambientais concentra-se em analisar o empreendedorismo sob a ótica contextual, como a redução de impostos, as condições do mercado, os sistemas de suporte, a cultura econômica e as oportunidades ao empreendedorismo. Os fatores individuais examinam o empreendedorismo sob a perspectiva das ações humanas baseadas em fatores motivacionais e cognitivos (LOCKE, 2000; MITCHEL *et al.*, 2007).

Os principais fatores motivacionais estudados são a necessidade de autorrealização, a propensão a tomar decisões de risco, a tolerância à ambiguidade, o locus de controle, entre outros. Já os fatores individuais cognitivos referem-se às habilidades, inteligência e talentos individuais que influenciam o comportamento empreendedor.

Na literatura, um segundo fator discutido frequentemente é a influência da família na propensão ao empreendedorismo. A presença de familiares envolvidos em negócios próprios, especialmente os pais, pode ter um impacto significativo no interesse dos filhos em se tornarem empreendedores e na escolha de suas carreiras (DE WIT e VAN WINDEN, 1989). Essa influência pode ocorrer de duas maneiras: primeiro, os filhos são mais propensos a iniciar seus próprios negócios seguindo os exemplos de seus pais (pais como modelos); segundo, pais empreendedores geralmente têm meios econômicos e sociais mais efetivos para apoiar as iniciativas empreendedoras de seus filhos (De Wit e Van Winden, 1989). A renda familiar e o status social também têm uma correlação positiva com a propensão ao empreendedorismo dos filhos (De Wit e Van Winden, 1989).

Matthews e Moser (1996) destacam que, independentemente do sexo, a presença de um histórico familiar em atividades empreendedoras é um fator significativo na escolha pessoal pelo negócio próprio, reforçando o papel do exemplo familiar.

A União Europeia estabeleceu o empreendedorismo como uma das prioridades para o desenvolvimento econômico dos países do bloco, conforme destacado por Ruda *et al.* (2009) e Erdos e Varga (2012). Alinhado a essa perspectiva, Kantis *et al.* (2004) apontam que o desenvolvimento de capacidades empreendedoras entre a população e a criação de novas empresas se tornaram objetivos centrais das políticas de promoção do desenvolvimento econômico e social.

Para elevar a taxa de sucesso das atividades de empreendedorismo acadêmico, Ruda *et al.* (2009) destacam que é necessário intensificar os esforços de promoção de treinamento empresarial e estabelecer mecanismos de motivação dos estudantes com potencial empreendedor. Segundo Ruda *et al.* (2008), a decisão de criar uma empresa está relacionada às escolhas profissionais e expressa a personalidade e os interesses pessoais dos indivíduos, o que pode ser mensurado por características específicas.

De acordo com dados de Bosma *et al.* (2009), os países em desenvolvimento apresentam taxas de criação de empresas superiores aos países desenvolvidos, em parte devido ao maior nível de bem-estar macroeconômico. Além disso, outros fatores como os diferenciais de salário do pessoal ocupado em favor dos países desenvolvidos e as elevadas oportunidades de mercado nos países em desenvolvimento também influenciam esse fenômeno.

6 METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa foi analisar a influência da poupança e da inadimplência na formação de futuros empreendedores entre os universitários no município de Taquara/RS. Desta forma, a pesquisa é exploratória quanto aos objetivos e com análise de dados de abordagem quantitativa.

A pesquisa exploratória, segundo Gil (2002) "tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses." O autor relata ainda que o objetivo principal deste tipo de pesquisa é o "aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições". Esse tipo é o que melhor se enquadra ao objetivo da pesquisa.

Foi aplicado um questionário para levantamento do perfil socioeconômico dos participantes (apêndice A), a fim de coletar dados sobre inadimplência e poupança, bem como, identificar o conhecimento prévio de educação financeira, além de levantar a intenção de empreender entre os participantes. O instrumento de pesquisa é composto por 20 questões, sendo: 11 dicotômicas, 5 de múltipla escolha e 4 utilizando escala do tipo Likert de 5 pontos. A escala Likert é também conhecida como escalas de avaliação somadas porque a pontuação da escala é uma simples soma das respostas sobre os itens (BERNSTEIN, 2005). Diversos autores, entre eles Balasubramanian (2012); Ary, Jacobs e Razavieh (2006), Camparo (2013), Edmondson (2005), afirmam que a escala Likert é a mais popular forma de mensuração de atitudes.

Visando obter base de comparação, a predisposição ao empreendedorismo foi medida dentro de um horizonte de 3 anos, ficando assim alinhada aos critérios de "empreendedores potenciais" que fazem parte do relatório GEM. Dados sobre inadimplência e poupança também foram coletados entre os participantes de forma a medir a sua presença entre os universitários propensos ao empreendedorismo, bem como, comparação dos dados coletados com outras pesquisas de revisão literária.

A pesquisa é quantitativa e o universo de pesquisa foram os alunos do curso de Administração de Empresas das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), totalizando aproximadamente 250 alunos, de acordo com informação da instituição obtida em 05/11/2021, via setor de protocolo.

Situada em Taquara RS, município distante 72 Km de Porto Alegre e com população estimada de 57.740 conforme IBGE (2021), a Faccat foi criada em 31 de dezembro de 1969 pelos prefeitos de Taquara, Rolante, Igrejinha, Três Coroas e São Francisco de Paula com o objetivo de propiciar educação superior à população desses municípios.

O recorte proposto pelo pesquisador, abrangendo somente o curso de Administração de Empresas, teve por objetivo a comparação com outros estudos efetuados com o mesmo universo em diferentes instituições. Conforme cálculo amostral realizado, serão necessários 99 respondentes para que a pesquisa tenha validade dentro dos parâmetros de 80% de confiabilidade e margem de erro de 5%. No entanto, retornaram apenas 87 questionários respondidos, o que correspondeu a amostra utilizada na análise.

O questionário, juntamente com o TCLE, foi enviado por email pela coordenação da instituição via *google forms*, em parte com perguntas fechadas, para levantamento do perfil dos respondentes e demais questões sendo dicotômicas e de múltipla escolha. O TCLE ressalta o caráter voluntário da pesquisa, bem como a liberdade do participante de retirar sua participação se assim desejar. Eventuais riscos também constam no TCLE que teve sua adesão obrigatória para participação na pesquisa e resposta do questionário.

No bloco da pesquisa direcionado a apurar o conhecimento de educação financeira por parte dos acadêmicos, foi aplicada escala Likert de 1 a 5 e questões de múltipla escolha. O questionário buscou o perfil socioeconômico dos participantes, perfil de endividamento e inadimplência, se os participantes já tiveram contato com a educação financeira, nível de poupança entre os participantes e se existe o desejo de empreender. Neste último quesito, a propensão ao empreendedorismo foi medida num horizonte de até 3 anos, para que a pesquisa se alinhe ao critério adotado pelo relatório GEM, possibilitando base de comparação dos resultados.

A análise de dados se deu de forma quantitativa pelo método da construção interativa. Segundo Gil (2002) este método não requer modelo prévio, sendo que o pesquisador elabora pouco a pouco a explicação lógica do fenômeno e as interrelações entre as unidades e categorias. Para análise e tabulação dos dados foi utilizado o software Excel. Foi efetuado o cruzamento das informações do perfil

socioeconômico com as variáveis poupança, inadimplência e empreendedorismo a fim de verificar a existência de relação entre elas.

O conhecimento prévio de educação financeira foi relacionado às variáveis poupança e inadimplência para verificação da existência ou não de influência deste indicador na intenção de empreender. Na principal análise do estudo, foi verificada a presença das variáveis inadimplência e poupança entre os universitários que apresentaram a variável propensão ao empreendedorismo como positiva e, dessa forma, respondendo o problema de pesquisa. O resultado foi apresentado em formato de gráficos, com representação dos percentuais sempre em relação ao número total de empreendedores potenciais.

Por fim, os resultados da pesquisa serão sintetizados e disponibilizados para a coordenação da instituição para divulgação junto aos participantes.

7 ANÁLISE DE DADOS

7.1 Perfil dos participantes

Quanto ao perfil dos participantes, em relação ao gênero houve predominância do gênero feminino, sendo os respondentes 36 do gênero masculino (41,4%) e 51 do gênero feminino (58,6%). A inadimplência se distribuiu de forma desigual entre os gêneros, onde 75% dos entrevistados com “nome sujo” eram do gênero feminino. A posse de investimentos também se demonstrou desigual entre os gêneros, sendo 63,3% dos investidores do gênero feminino. Estes dados são interessantes pois mostram que as mulheres estão mais presentes entre os inadimplentes, porém, em contrapartida, também foram maioria entre os poupadores.

Quanto ao estado civil, a predominância foi de solteiros com 62,1% dos respondentes, seguido por casados com 35,6% e união estável e divorciados ambos com 1,1%. Os trabalhadores formais (carteira assinada) foram a maioria no estudo (82,8%), seguido por autônomos (5,7%), desempregados (4,6%), empresários (3,4%), estagiários com 2,2% e MEI com 1,1%. O oitavo semestre correspondeu a maior concentração de respondentes, sendo 10 no total (11,49%), seguido pelo segundo semestre com 9 respondentes (10,34%), 7 do sexto semestre (8,05%), 5 do primeiro semestre (5,75%), 4 declararam já ter concluído o curso, assim como os

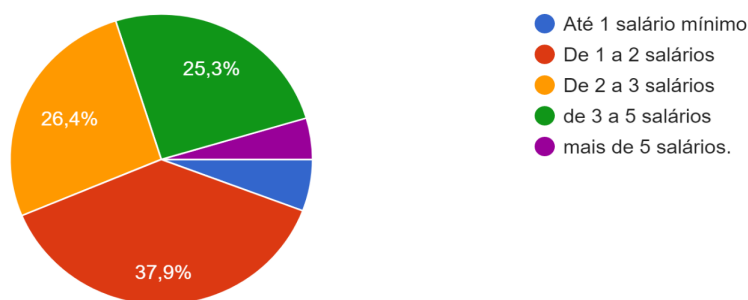
que declararam estar no sétimo semestre (4,6%) e os demais participantes com percentuais inferiores aos informados.

No que diz respeito à renda dos participantes, houve concentração na faixa de 1 a 2 salários mínimos, com 37,9% perfazendo um total de 33 participantes. Em seguida tivemos a faixa de 2 a 3 salários mínimos com 23 participantes (26,4%) e de 3 a 5 salários mínimos com 22 respondentes (25,3%). As demais faixas representaram 5,7% até um salário mínimo e 4,6% para os participantes com renda superior a 5 salários mínimos. Conforme informação da Pnad 2019, 70% da população brasileira recebe até 2 salários mínimos (IBGE, 2019). Diante disto, podemos afirmar que 51,7% dos participantes da pesquisa estão situados entre os 30% melhor remunerados no país, devendo portanto representar a maior parcela entre os poupadores, relação observada conforme estudos de Salles, (2019), Marques *et al.* (2018), Miotto (2013) e Katona (1975). Este resultado se confirmou quando cruzados os dados dos melhores remunerados com a posse de investimentos, em que 67,3% ou 33 do total de 49 "poupadores" estão situados entre os que recebem mais de 2 salários mínimos.

Gráfico 6 - Faixa de renda - salário mínimo 2022

Faixa de Renda *salário mínimo 2022: R\$ 1.212,00

87 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

7.2 O comportamento dos participantes nos critérios endividamento e poupança

Quanto ao endividamento, definido na pesquisa como a utilização de “Empréstimo pessoal, cartão de crédito, financiamento de veículo, FIES, crédito imobiliário, utilização frequente do cheque especial, outras linhas de crédito com pagamentos mensais”, a amostra se apresentou ligeiramente maior entre os que utilizam estas linhas com 55,2% contra 44,8% que declararam não utilizar. Estes valores são inferiores à média nacional de 70,9% em 2021, conforme observado na pesquisa PEIC (2021).

Aprofundando a análise do endividamento, percebe-se que, entre o total de respondentes, 41,4% declararam possuir empréstimos parcelados, definidos na pesquisa como “Crédito pessoal, financiamento de veículo, crédito imobiliário, renegociação”. Isto quer dizer que, dos 48 respondentes que declaram ter endividamento na questão anterior, 36 destes possuem linhas de crédito parceladas. Este resultado é bastante interessante pois mostra que 75% do total de endividados estão utilizando linhas de crédito parceladas. Este valor é representativo pois, comumente nestas pesquisas, a utilização do cartão de crédito (mesmo que sem a utilização do rotativo) acaba por elevar o percentual dos que se auto declaram endividados, e também é superior ao encontrado na média nacional conforme pesquisa PEIC, (2021).

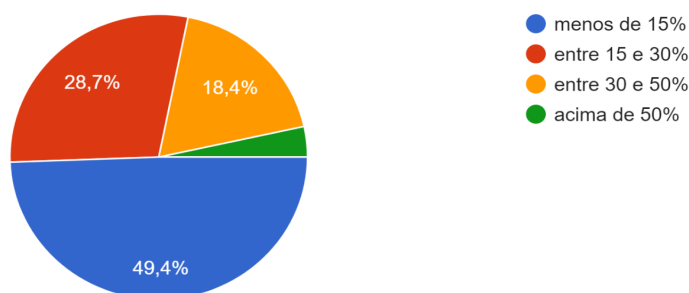
Quanto ao comprometimento de renda, quase metade (49,4%) respondeu que as parcelas das dívidas representam menos de 15% da renda. Porém há de se considerar que, como no questionário não havia a opção para quem não possui endividamento, estes acabaram respondendo nessa faixa. Explorando estes dados, concluiu-se que 37 dos 43 que responderam “menos de 15%” não possuíam endividamento. A faixa entre 15 a 30% representou um percentual de 28,7%. Considerando apenas os endividados, e que as boas práticas de educação financeira recomendam que o comprometimento da renda com empréstimos não deve superar 30% (SERASA, 2019), pode-se afirmar que 62% dos entrevistados, podem ser considerados saudáveis. A faixa entre 30 a 50% da renda apresentou um percentual

de 18,4% e 3,4% dos respondentes alegam que as parcelas de suas dívidas comprometem mais de 50% da renda.

Gráfico 7 - Percentual de renda comprometida com financiamentos

As parcelas do endividamento comprometem qual percentual da sua renda?

87 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

Questionou-se aos participantes se já atrasaram alguma dívida, com o intuito de verificar a gestão das dívidas ao longo do tempo e sua capacidade de controle financeiro. O resultado foi positivo para a maioria com 55,2% alegando que nunca atrasaram e 44,8% respondendo que sim. Quando a pergunta se referiu a se os participantes já haviam renegociado alguma dívida, o percentual apresentado foi de 37,9% respondendo que sim e 62,1% responderam que não.

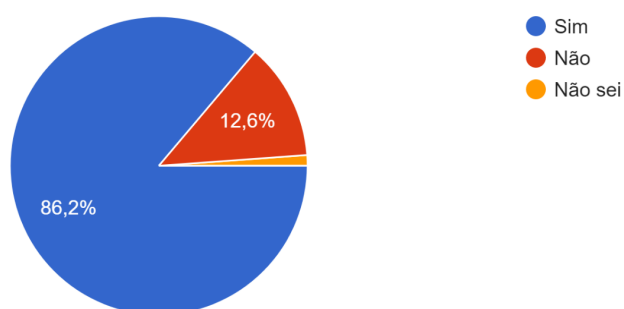
Quanto ao fato dos participantes estarem com o “nome limpo” no momento da pesquisa, obteve-se o resultado de 86,2% para os que responderam sim, ou seja, não possuíam apontamentos cadastrais, ante 12,6% que responderam possuir algum tipo de restrição em seu nome. Este resultado se mostrou muito superior ao levantado em pesquisa realizada por Medeiros e Lopes, (2014) junto aos universitários do curso de ciências contábeis, onde foi apontado que apenas 4,5% dos entrevistados possuíam alguma dívida em atraso. Os demais 1,1% correspondem aos participantes que responderam “não sei”. A distribuição foi desigual entre os gêneros, sendo que 75% dos participantes com nome sujo eram mulheres. Esse dado difere do encontrado no mapa da inadimplência elaborado pelo SERASA, que mostra equilíbrio entre os gêneros, com 50,2% de mulheres e 49,8% de homens (SERASA, 2021). Em relação a renda, 66,7% dos participantes com nome sujo recebem até 2 salários mínimos. Em relação ao contato com a Educação

Financeira, 83,3% dos inadimplentes declararam que nunca tiveram o ensino formal de EF, porém 50% declararam buscar conhecimento através de outras fontes. Em relação ao empreendedorismo, 50% dos participantes inadimplentes responderam que pretendem ter um negócio próprio.

Gráfico 8 - Percentual de universitários com “nome limpo”

Está com nome limpo no momento? Considerar “nome limpo” como sem apontamentos no SERASA, SPC, protesto em cartório ou serviço de proteção ao crédito.

87 respostas



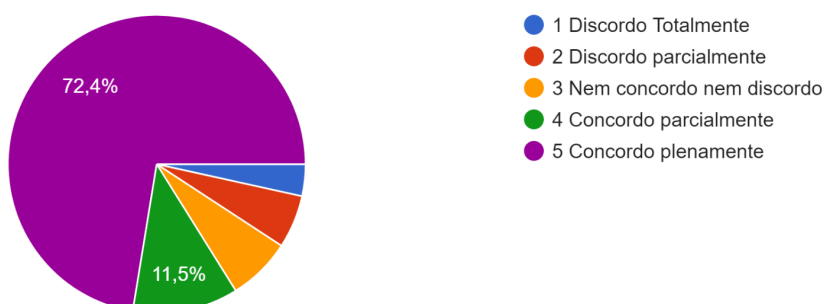
Fonte: Elaborado pelo autor

Para analisar o controle financeiro de curto prazo, foi questionado aos participantes se eles seriam capazes de honrar suas dívidas em dia nos próximos 6 meses. Para mensuração, utilizou-se escala Likert de 5 pontos sendo o 5 concordo plenamente e o 1 discordo totalmente.

Gráfico 9 - Capacidade de honrar dívidas em 6 meses

Numa escala de 1 a 5, onde 1 representa discordo totalmente e 5 concordo plenamente, responda as questões abaixo: Serei capaz de honrar minhas dívidas em dia nos próximos 6 meses?

87 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

A afirmação “concordo plenamente” teve o maior percentual de respondentes, apresentando 72,4% o que equivale a 63 participantes, o que aponta para um bom controle financeiro da amostra. A afirmação “concordo parcialmente” apresentou 11,5%, equivalente a 10 participantes, seguido por “não concordo nem discordo” com 6,9%, “discordo parcialmente” com 5,7% e “discordo totalmente” com 3,4%. O bloco composto pelas notas 1 e 2 “discordo parcialmente e discordo totalmente” somaram 8 participantes equivalente a 8,5% do total de participantes conforme tabela abaixo.

Tabela 1- Frequência de respostas para capacidade de honrar dívidas em 6 meses

Resposta Likert	Frequência	Porcentagem
4	63	72,4%
3	10	11,5%
2	6	6,9%
5	5	5,6%
1	2	2,3%

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando os dados apresentados na escala Likert sobre a capacidade de honrar dívidas em dia nos próximos 6 meses, podemos observar alguns pontos importantes:

Média: A média das respostas na escala Likert é aproximadamente 4.6296, o que indica que, em média, os respondentes concordam parcialmente a concordam plenamente com a afirmação de serem capazes de honrar suas dívidas em dia nos próximos 6 meses.

Frequência da resposta 5: A resposta 5 indica concordância plena com a afirmação que apresentou maior recorrência nas respostas (63 vezes), sugerindo que a maioria dos respondentes está confiante em sua capacidade de honrar as dívidas dentro do prazo estipulado.

Desvio Padrão: O desvio padrão das respostas é aproximadamente 1.051, o que indica uma dispersão moderada dos dados em relação à média. Isso significa que, embora a média indique uma tendência de concordância, existem algumas variações nas respostas dos participantes.

Pode-se afirmar que, de maneira geral, os participantes têm uma atitude positiva em relação à sua capacidade de honrar suas dívidas no curto prazo. No entanto, é importante ressaltar que a análise é baseada apenas na declaração dos participantes e não considera outros fatores ou variáveis que podem influenciar a capacidade real de honrar as dívidas vistos na literatura como a falta de planejamento (Beal e Delpachitra, 2003; Borges, 2014) e o comprometimento da renda (SILVA e PELINI, 2017).

A tabela 2 mostra o resultado quando questionados sobre a compreensão do significado de educação financeira. A resposta foi positiva para 94,2% da amostra, ou seja, a maioria dos respondentes compreende plenamente o significado de "Educação Financeira", sendo 65,5% para "concordo plenamente" e 28,7% para "concordo parcialmente". Demais respostas obtiveram o percentual de 5,7% conforme abaixo.

Tabela 2 - Frequência de respostas significado educação financeira

Resposta Likert	Frequência	Porcentagem
5	57	65.5%
4	25	28.7%
3	3	3.4%
2	2	2.3%

Fonte: Elaborado pelo autor

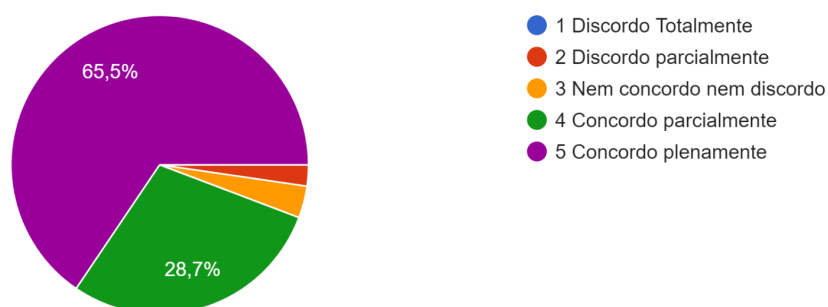
Embora os dados indiquem que a maioria dos respondentes têm uma compreensão positiva (alto grau de concordância) do significado de "Educação Financeira", é importante observar que uma parcela significativa também expressou um nível de concordância parcial ou neutro. Isso sugere que ainda há espaço para melhorias na compreensão do conceito de "Educação Financeira" entre os participantes. A média apresentada foi de 4,62 sugerindo concordância com a

compreensão do significado da Educação Financeira e o desvio padrão apresentado foi de 0,968 o que sugere uma dispersão moderada em relação à média apresentada.

Gráfico 10 - Compreensão do significado de Educação Financeira

Você compreende o significado de “Educação Financeira”?

87 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre o contato prévio com o ensino formal de educação financeira, foi questionado aos participantes se os mesmos tiveram contato com a educação financeira ou matemática financeira durante a educação básica. A resposta foi positiva para 64,4% dos participantes, enquanto 35,6% dos respondentes informaram que não tiveram essa oportunidade. Seguindo neste sentido, foi questionado se o conteúdo visto na escola possibilitaria um bom conhecimento de educação financeira. Chama atenção o fato de que as respostas “discordo totalmente e discordo parcialmente” representam mais da metade dos respondentes, apresentando percentual de 56,4% quando somadas (31% e 25,4% respectivamente). Se mostraram em dúvida 11,3% dos participantes, enquanto 32,4% avaliaram positivamente o ensino de educação financeira, conforme apresentado individualmente na tabela 3.

Tabela 3 - Contato prévio com a educação financeira

Resposta Likert	Frequência	Porcentagem
1	22	31.0%
2	18	25.4%
3	8	11.3%
4	13	18.3%
5	10	14.1%

Fonte: Elaborado pelo autor

Média:

A média apresentada foi de 2.0, indicando que, em média, os respondentes discordam parcialmente em relação ao conteúdo visto na escola possibilitando uma boa Educação Financeira.

Frequência das respostas 5 (Concordo plenamente):

A frequência da resposta 5 (Concordo Plenamente) apresentada foi de 10 vezes, correspondendo a 14.1% da amostra total. Isso indica que uma parcela minoritária dos respondentes expressou um alto nível de concordância com a afirmação.

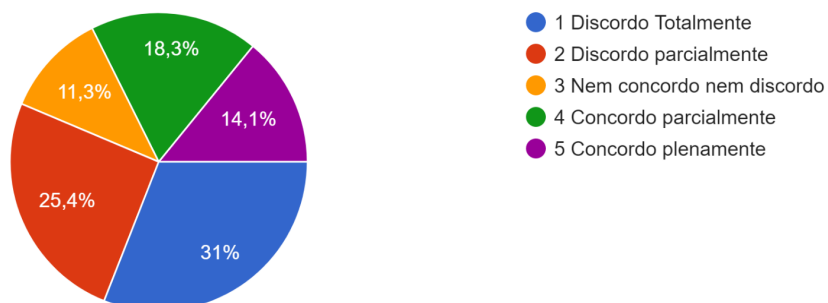
Desvio padrão:

O desvio padrão das respostas foi de 1.55, indicando dispersão moderada dos dados em relação à média. Isso significa que as opiniões dos participantes variam consideravelmente, porém com algumas respostas se aproximando mais da discordância total e outras mais próximas da neutralidade, sugerindo uma visão mais pessimista quanto a qualidade do ensino de educação financeira.

Gráfico 11 - Opinião sobre o conteúdo da EF na escola

Na sua opinião, o conteúdo visto na escola possibilita uma boa Educação Financeira?

71 respostas



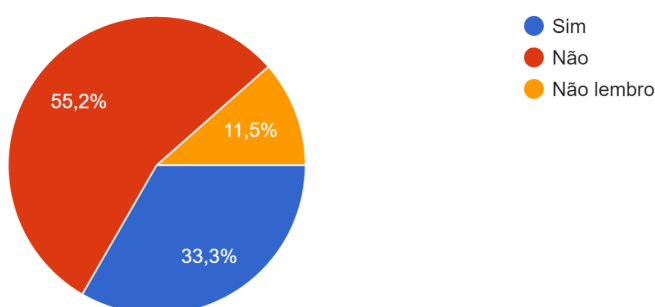
Fonte: Elaborado pelo autor

Na sequência foi questionado aos participantes se estes tiveram contato com o ensino da educação financeira através de outras fontes. A resposta foi negativa para 55,2%, enquanto 33,3% responderam positivamente. A amostra ainda apresentou 11,5% que responderam “não lembro”. Analisando mais profundamente as respostas, verificou-se que, 11 participantes buscaram conhecimento formal de educação financeira entre os 31 participantes que responderam que não tiveram contato com a educação financeira na educação básica, representando 35,5% destes.

Gráfico 12 - Ensino de EF por meio de outras instituições de ensino não formais

Já teve ensino formal de Educação Financeira por outra fonte fora da escola?

87 respostas



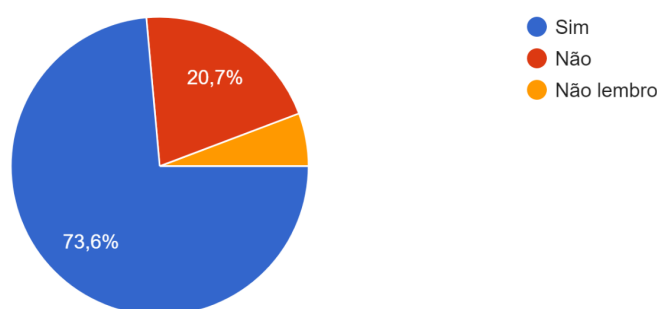
Fonte: Elaborado pelo autor

Seguindo no objetivo de apontar o contato prévio com a educação financeira, perguntou-se aos participantes se eles tiveram contato com o tema de forma independente, através de livros, vídeos ou outros. A resposta foi positiva para 73,6% dos participantes, enquanto 20,7% responderam negativamente. Aprofundando a análise, verificou-se que 24 dos 31 participantes que responderam negativamente à questão sobre a EF na escola buscaram conhecimento sobre o tema por conta própria, representando 77,4%. Este resultado condiz com a pesquisa conduzida por Hernández e Zamora (2018) que concluiu que o conhecimento de educação financeira aprendido até o ensino superior não é suficiente para que os universitários tomem boas decisões financeiras, fazendo com que muitos busquem estudar o conteúdo por conta própria.

Gráfico 13 - Contato com a EF de forma independente

Já teve contato com conceitos de Educação Financeira de forma independente? Ex: Vídeos, leituras, tem interesse pelo assunto.

87 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

No intuito de apontar o nível de confiança dos participantes em suas decisões, foram questionados se os mesmos se vêem preparados para tomar boas decisões financeiras. O resultado foi positivo para 72,4% dos participantes, os quais responderam “concordo plenamente e parcialmente”. Para os 27,5% restantes, 19,5% apresentaram dúvidas respondendo que não concordam nem discordam e os demais 8% discordaram totalmente ou parcialmente. Abaixo segue a representação individual das respostas.

Tabela 4 - Preparo para tomada de decisão financeiras

Resposta	Frequência	Percentual (%)
1	3	3.45%
2	4	4.60%
3	17	19.54%
4	36	41.38%
5	27	31.03%

Fonte: Elaborado pelo autor

Média:

Com base nas respostas, a média foi calculada como 3,91 para a pergunta: "Se considera preparado para tomar boas decisões em sua vida financeira?". Essa análise nos mostra que a maioria dos participantes tende a concordar parcialmente (respostas 4) com a afirmação. No entanto, um número significativo de participantes (27 indivíduos) concordou plenamente (resposta 5) com a afirmação.

Frequência das respostas 5 (Concordo plenamente):

A amostra apresentou um total de 27 participantes (31,03% do total) que concordaram plenamente que estão preparados para tomar boas decisões em sua vida financeira. Este resultado, quando somado aos que concordam parcialmente, sugere elevado grau de segurança dos participantes com relação às decisões financeiras.

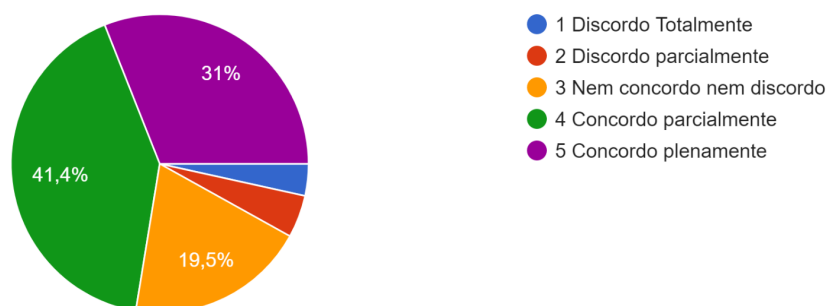
Desvio padrão:

A análise sugere uma ideia da heterogeneidade das respostas em torno da média. No caso das respostas fornecidas, o desvio padrão foi calculado como aproximadamente 1,32.

Gráfico 14 - Capacidade para tomar decisões financeiras

Se considera preparado para tomar boas decisões em sua vida financeira?

87 respostas



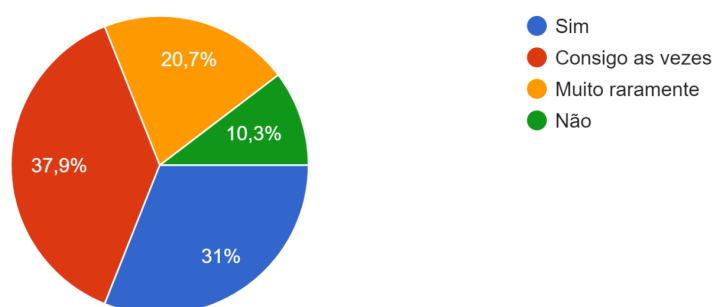
Fonte: Elaborado pelo autor

Iniciando o bloco dedicado ao levantamento dos hábitos e do nível de poupança dos participantes, foi questionado se os mesmos possuem o hábito de poupar mensalmente. A resposta foi positiva para 31% dos participantes, enquanto 37,9% responderam “consigo as vezes”, 20,7% responderam “muito raramente” e 10,3% responderam que não têm o hábito de poupar.

Gráfico 15 - Hábito de poupar mensalmente

Tem o hábito de poupar dinheiro mensalmente?

87 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

Para verificação do percentual de poupadores da amostra, foi questionado se os participantes possuem alguma reserva de valor no momento. O resultado foi positivo para 56,3% enquanto 43,7% responderam que não possuem valor em reserva. Este resultado difere do encontrado por Marques *et al* (2018) que encontrou

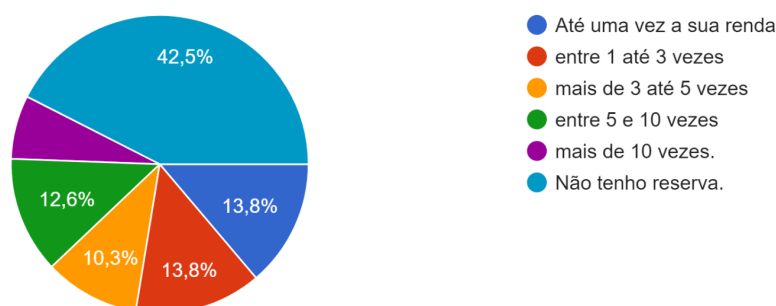
percentual de 89% em seu estudo. Vale ressaltar que 67,3% dos poupadores estão situados entre os que recebem mais de 2 salários mínimos, porém, se analisarmos apenas os participantes de maior renda (acima de 2 salários), verificamos que 32,7% não possuem investimentos mesmo fazendo parte da parcela com maior potencial.

Um dado interessante foi que, elencando apenas uma categoria de renda para analisar a posse de investimentos, verificamos que 100% dos participantes com renda acima de 3 salários declararam possuir investimentos, revelando relação diretamente proporcional a renda. Este dado corrobora os estudos sobre a taxa de poupança ser mais alta entre os indivíduos de maior renda realizados por Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011), Campbell (2006), Bernheim *et al.* (1997) e Becker (1962). Em relação ao gênero, houve predominância das mulheres entre os poupadores, pois 63,3% eram do gênero feminino. Outro dado interessante é que 77,6% dos participantes que possuem poupança declararam que buscam conhecimentos de EF por conta própria, além dos contatos anteriores com o tema. Seguindo nesta análise, foi questionado quanto o valor da reserva representa em relação a sua renda mensal. O maior percentual foi apresentado para os que não possuem reserva 42,5%, entre 1 a 3 vezes a renda mensal representou 13,8%, mais de 3 até 5 vezes apresentou percentual de 10,3%, entre 5 e 10 vezes o percentual foi de 12,6%, enquanto 6,9% alegaram possuir mais de 10 vezes a renda mensal em investimentos.²

Gráfico 16 - Valor da poupança em relação à renda

Se Sim: Quanto esse valor representa da sua renda?

87 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

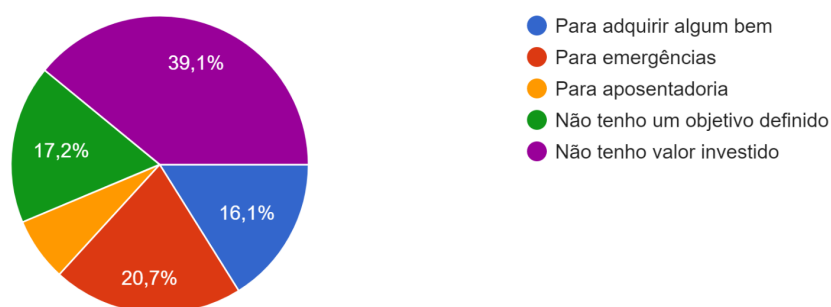
² Embora o percentual encontrado seja o mesmo dos participantes que alegam possuir mais de 10 vezes a sua renda mensal em investimentos, não houve qualquer relação entre esta variável e a reserva para aposentadoria.

Quanto aos objetivos, foi questionado aos participantes se teriam algum objetivo definido para utilização dessa reserva. As reservas de emergência representaram 20,7% (18 participantes), 16,1% responderam que a reserva se destinava a aquisição de algum bem, 17,2% alegaram não possuir objetivo definido e 6,9% alegaram ser reserva para aposentadoria. Este resultado se mostrou superior ao encontrado por Afonso *et al* (2019), que apontou para o percentual de 4,7% da população entre os 60% mais ricos e apenas 2,1% entre os 40% mais pobres poupam para a aposentadoria. O percentual restante foi composto pelos participantes que alegaram não possuir reservas.

Gráfico 17 - Objetivo para a poupança

Tem algum objetivo definido para essa reserva?

87 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

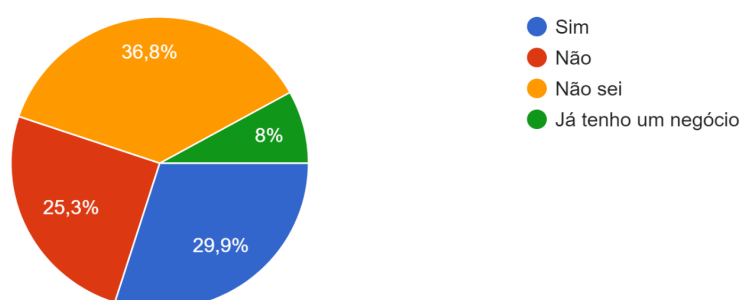
Iniciando o bloco destinado à análise do empreendedorismo foi questionado aos participantes se pretendiam ter um negócio próprio. O total de participantes que responderam positivamente à questão foi de 29,9%, e a distribuição quanto ao gênero se mostrou equilibrada, com 50% (13 respondentes) do gênero masculino e 50% do gênero feminino, sendo este resultado idêntico ao apresentado pelo relatório GEM de 2019. Chama a atenção o alto percentual de indecisos (36,8%), enquanto 25,3% alegaram não possuir esse desejo, seguido por 8% que já possuem negócio próprio. Este resultado está alinhado ao estudo conduzido por Canever *et al.* (2013) que levantou que 29,8% dos estudantes possuem muito interesse em empreender. O autor complementa que “somente 17,9% dos estudantes têm pouco ou nenhum interesse em empreender, enquanto 57,6% dos estudantes são razoavelmente interessados ou muito interessados”.

Resultados próximos também foram verificados na pesquisa efetuada por Provinciali *et al.* (2005) onde identificou que entre os estudantes de quatro cursos de Administração de Empresas do estado de Sergipe, mais de 25% pretendiam abrir um negócio próprio após a conclusão do curso. Em estudo junto a universitários do curso de ciências contábeis realizado por Pedrosa e Costa Lima (2022) chegou-se ao percentual de 63% que pensam em empreender no futuro (empreendedores potenciais). Cabe ressaltar que a grande diferença apresentada pode estar vinculada ao momento em que foi realizado o estudo. Esta conclusão se dá pelo fato do estudo ter sido realizado durante a pandemia e pela resposta positiva de 66,3% dos participantes quando questionados se a pandemia aumentou o interesse em empreender. Quando questionados sobre se o cenário da pandemia mudou sua visão sobre empreendedorismo, a resposta foi positiva para 84,30%. Também com resultado semelhante temos o estudo produzido por Rosário (2007) que chegou ao percentual de 25,6% dos estudantes da Universidade do Porto com desejo de empreender.

Gráfico 18 - Intenção de empreender

Pretende ter um negócio próprio?

87 respostas



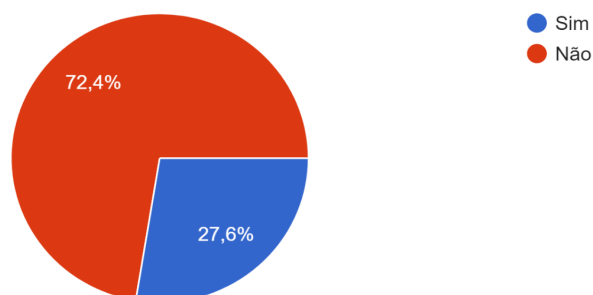
Fonte: Elaborado pelo autor

Na questão seguinte foi incluída a informação de criar um negócio próprio em até 3 anos. O percentual apresentado foi ligeiramente inferior (27,6%), apresentando pequena diferença mas ainda assim estando este congruente com o resultado apresentado na pesquisa GEM, que revelou que 3 a cada 10 brasileiros pretendem empreender em até 3 anos (GEM, 2019).

Gráfico 19 - Desejo de empreender em até 3 anos

Se sim, pretende empreender em até 3 anos?

87 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

Por fim, para se levantar a influência de familiares empreendedores no desejo de empreender verificado na revisão literária, foi questionado se os participantes possuíam algum empreendedor na família (pai, mãe ou irmãos). A resposta foi positiva para 46 % dos participantes. Realizando o cruzamento deste dado com os que desejam empreender, levantou-se que, dos 26 que responderam positivamente sobre o desejo de empreender, 12 possuem parentes empreendedores representando 46,15% do total. Se somarmos os que já possuem um negócio próprio, este número sobe para 18, representando 69,23% do total, podendo se afirmar que a influência familiar na propensão ao empreendedorismo se mostrou presente também neste estudo, corroborando com os estudos de De Wit e Van Winden (1989) e Matthews e Moser (1996) que citam essa influência em seus estudos, bem como no trabalho de Soares *et al* (2023).

Reforçando o resultado acima e alinhado ao encontrado na literatura, verificou-se que entre os participantes 8% (7 respondentes) declararam já possuir negócio próprio. Destes, 85,7% declararam possuir empreendedores em primeiro grau na família, confirmando a relação familiar na propensão ao empreendedorismo encontrada em outras pesquisas na literatura também entre os empreendedores já estabelecidos.

Na principal análise proposta, separaram-se os 26 participantes (29,9%) que responderam positivamente sobre o desejo de empreender para análise e cruzamento de dados. Quanto ao gênero, a amostra se mostrou equilibrada com 13 participantes pertencentes ao gênero masculino e 13 feminino. O estado civil solteiro

se mostrou predominante com 19 participantes, assim como os empregados com carteira assinada com 21 participantes. A posse de endividamento foi positiva para 50% da amostra (13 participantes), porém, este endividamento pode ser considerado “saudável” para a maioria dos que declararam possuir, pois representa menos de 30% da renda mensal para 10 dos 13 participantes. Quanto ao atraso de dívidas, apenas 9 dos 26 participantes interessados em empreender declararam já ter atrasado alguma vez, representando 34,6% do total.

Analisando a inadimplência entre os participantes propensos a empreender, verificou-se que quase um quarto da amostra (23%) estão com “nome sujo” (6 participantes) podendo ter acesso ao crédito restrito caso necessite levantar capital para iniciar seus empreendimentos. Esse resultado evidencia a possibilidade de que a suposição de Banerjee e Moll (2010) em relação à má alocação de crédito esteja correta. Segundo os autores, a má alocação de crédito pode ser ainda mais significativa do que indicam as medições, pois indivíduos talentosos que não possuem recursos financeiros para iniciar seus próprios negócios acabam não sendo incluídos nos dados.

Quanto à reserva de valores entre os participantes propensos ao empreendedorismo, mais da metade ou 57,7% (15 participantes) declararam não possuir qualquer valor investido no momento, o que pode influenciar negativamente o ato de empreender caso estes também estejam com nome restrito ao crédito. Realizando o cruzamento das variáveis inadimplência e poupança com o desejo de empreender, verificou-se que 4 participantes (15,4%) estão com o “nome sujo” e também não possuem recursos guardados para iniciar um negócio. Isto quer dizer que 15% dos potenciais empreendedores não possuem recursos para iniciar um negócio e estão com o acesso ao crédito comprometido por restrições de crédito em seu nome.

Diante destes resultados, pode-se afirmar que verificou-se influência da inadimplência e da falta de poupança para 15,4% dos participantes com desejo de empreender, caso estas variáveis não se alterem ao longo do tempo. Este impacto pode ser maior se incluirmos os participantes que não tem nome sujo, mas possuem endividamento superior a 30% da renda e também não possuem reservas de valores. Isto pelo fato de que o alto comprometimento de renda também é fator limitador ao acesso a crédito e, neste caso, pode-se afirmar que o impacto no empreendedorismo subiria para 23,07%. Este resultado representa uma dimensão

até então pouco explorada da baixa alfabetização financeira no Brasil, e pressupõe que seus impactos podem ir além dos fatores até então mais estudados como a inadimplência e baixos índices de poupança.

A pesquisa se propôs a investigar a inadimplência como fator inibidor do crédito para capital de giro e formação de novos negócios. Nesse aspecto, o resultado encontrado foi positivo, pois 86,2% dos participantes possuem o nome limpo e 72,4% alegaram que poderão quitar as dívidas em dia nos próximos 6 meses. Como aspecto negativo, verificou-se que 21,8% possuem endividamento acima de 30% da renda mensal. Outro objetivo proposto na pesquisa foi o de investigar o nível de poupança entre os participantes e verificou-se que 56,3% possuíam alguma reserva de valor no momento da pesquisa. Cabe salientar, porém, que apenas 12,6% possuem reserva com valor entre 5 e 10 vezes a sua renda e apenas 6,9% possuem reserva acima de 10 vezes a sua renda. Importante destacar que a posse de poupança mostrou relação direta com a renda, onde 67,3% dos poupadores estão situados entre os que recebem mais de 2 salários mínimos e na faixa acima de 3 salários, 100% declararam possuir investimentos. Analisando os resultados, verificou-se que o hábito de poupar está presente na maioria dos participantes, com 19,5% chegando a valores acima de 5 vezes a renda mensal. Estes resultados são superiores aos encontrados em estudos na população geral, conforme Afonso *et al.* (2019).

8 CONCLUSÃO

Analisando os resultados apresentados, pode-se afirmar que a amostra possui um bom nível de alfabetização financeira, pois apresentou baixo endividamento para 62% dos endividados com comprometimento de menos de 30% da sua renda mensal. Outro fator que denota um bom nível de conhecimento e comportamento financeiro foi o índice de 73,6% dos participantes que se interessam e buscam conhecimento de educação financeira por conta própria.

Mesmo que a amostra tenha apresentado conhecimento e atitude financeiras acima da média, quando separou-se os participantes com alguma propensão ao empreendedorismo, foi verificado possível influência da inadimplência e da ausência de poupança.

É importante considerar que a necessidade de capital para iniciar um negócio é uma realidade, podendo variar no seu montante, mas atitudes empreendedoras em geral requerem algum nível de investimento, por menor que seja. Um dos objetivos da pesquisa era verificar a influência da inadimplência entre os potenciais empreendedores e este impacto se confirmou. Essa é uma variável importante pois o futuro empreendedor pode necessitar de crédito para iniciar o seu negócio caso não possua capital próprio. O mesmo ocorreu quando verificamos a influência da poupança, pois a pesquisa mostrou que entre os potenciais empreendedores haviam participantes sem capital para iniciar um negócio próprio.

Como objetivo geral, a pesquisa procurou apontar a influência da inadimplência e da poupança entre os empreendedores em potencial. Cruzando as variáveis posse de poupança e nome limpo entre os potenciais empreendedores, verificou-se influência direta para 15,4% dos participantes, pois os mesmos possuem o desejo de empreender, porém não possuem recursos para iniciar um negócio próprio e também não tem o nome limpo para demandar alguma linha de crédito. A influência negativa pode ser ainda superior chegando a quase um quarto da amostra (23,07%) se considerarmos os participantes com nome limpo, mas com endividamento superior a 30% da renda. Isso se dá pelo fato destes participantes também estarem em uma faixa de comprometimento da renda que pode restringir o crédito por excesso de endividamento mesmo tendo nome limpo.

Vários foram os estudos que verificaram a influência da educação financeira sobre o consumo consciente, inadimplência, poupança e endividamento, tanto na

população geral quanto entre universitários. Para estes casos, os impactos de uma Educação Financeira frágil já foram mensurados e apresentados, e por si só já demonstram impacto negativo no desenvolvimento regional, porém, pouco se produziu até o momento sobre essa influência no empreendedorismo.

Este estudo verificou que quase um quarto dos empreendedores podem ter suas intenções frustradas pela falta de uma educação financeira mais sólida que ampare comportamentos financeiros mais saudáveis. Coloca-se em debate portanto uma nova dimensão dos possíveis impactos da educação financeira sob a ótica do desenvolvimento regional, lançando olhar também para as atitudes empreendedoras, como novas abordagens em estudos futuros e ainda pouco exploradas. Considerando que o universo de pesquisa entre universitários apresentou um bom conhecimento financeiro, e este resultado está alinhado a outros encontrados na literatura, sugere-se novos estudos para verificar essa influência na população geral, sobre a hipótese de que os impactos podem ser superiores aos apresentados. Novas pesquisas focadas apenas nos empreendedores em potencial, podem trazer mais informações sobre a influência da inadimplência e da ausência de poupança neste público, bem como estudos em formato de entrevistas podem também levantar novos dados que contribuam para o tema em questão.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J.R.; ABREU, T. F. R.; HECKSHER, M. D. A Baixa e Decrescente Poupança Brasileira. **EALR**, V. 10, nº 1, p. 220-250, Jan-Abr, 2019.

ALSTETE, J. W. On becoming an entrepreneur: an evolving typology. **International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research**, Bingley, Gran Bretanha, v. 8, n. 4, p. 222-34, 2002.

ALVES, C. M., & CAMARGOS, M. A. Fatores condicionantes da inadimplência em operações de microcrédito. **Base**, 11(1), 2014, p. 59-74.

ANDRADE, S. F. C., RIUL, P. H., De Oliveira, M. S., & CAVALCANTI, M. F. A inadimplência nas instituições particulares de ensino na cidade de franca. **FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão**, 11(1), 2010.

ARAÚJO, E. A., & MONTREUIL CARMONA, C. U. D. Desenvolvimento de modelos Credit Scoring com abordagem de regressão logística para a gestão da inadimplência de uma instituição de microcrédito. **Contabilidade Vista & Revista**, 18(3), 2007.

ARY, D., JACOBS, L.C.; RAZAVIEH, A. **The nature of scientific inquiry. Introduction to research in education**. Belmont, CA: Wadsworth/Thomson, 2006.

ATKINSON, A. and MESSY, F. (2012) Measuring Financial Literacy: Results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study. **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, No. 15, OECD Publishing. http://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/measuring-financial-literacy_5k9csfs90fr4-en

AUDRETSCH, D. B., KEILBACH, M. Entrepreneurship capital and economic performance. **Regional Studies**, Londres, v. 38, n. 8, p. 949-959, 2004.

AVARD, Stephen et al. The financial knowledge of College Freshmen. **College Student Journal**, Jun 2005.

BALASUBRAMANIAN, N. Likert Technique of Scale Construcion in Nursing Research. **Asian Journal of Nursing Education and Research**, v.2, n.2, p.65-69, April-June, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito - 2021**. Brasília, 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**: BCB, 2013. 72p.

BANERJEE, A. V.; MOLL, B. Why does misallocation persist? **American Economic Journal: Macroeconomics**, v. 2, n. 1, p. 189–206, 2010. 5

BARROS, E. D. S., Xavier, L. F., Pessoa, D. T., & Sobel, T. F. (2015). Endividamento agrícola: quão comprometidos são os produtores do polo petrolina-juazeiro frente suas dívidas?. **Economia Aplicada**, 19(1), 171-200.

BECKER, G. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. **The Journal of Political Economy**. Volume 70, Issue 5, Part 2: Investment in Human Beings, p. 9-49. 1962.

BERNHEIM, B. D.; GARRETT, D. M. The determinants and consequences of financial education in the workplace: Evidence from a survey of households. **National Bureau of Economic Research**, 1996.

BERNHEIM, D., GARRETT, D., MAKI, D. Education and saving: The long-term effects of high school financial curriculum mandates. **Journal of Public Economics**, 80(3), 435-465. 1997.

BERNHEIM, D.B.; GARRET, D. M.; MAKI, D. M. Education and saving: the long term effects of high school financial curriculum mandates. **National Bureau of Economic Research**, Cambridge, n. 6085, jul./1997. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w6085.pdf>> Acesso em 01 outubro 2008.

BERNSTEIN, I. H. Likert Scale Analysis. **Encyclopedia of Social Measurement**, v.2, p.497-504, 2005.

BROCKHAUS, R. H. (1982). The psychology of the entrepreneur. **Encyclopedia of entrepreneurship**, 39-57.

BROWNING, M.; LUSARDI, A. Household saving: micro theories and micro facts. **Journal of Economic Literature**, v. 34, n. 4, p. 1797-1855, 1996.

BORGES, Paulo Roberto Santana. Educação financeira e sua influência no comportamento do consumidor no mercado de bens e serviços. In: Encontro de produção científica e tecnológica da fecilcam, 5.,2010, Campos Mourão. **Anais eletrônicos...Campos Mourão: Fecilcam**, 2010. Disponível em http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciencias_sociais/04_BORGES.pdf. Acesso em: 13/09/2021.

BOISIER, S. Desarrollo (Local): ¿ Do qué estamos hablando? In: TUR, J. N. (Ed.). **La visión territorial y sostenible del desarrollo local: Una perspectiva multidisciplinar I**. Territorio, Desarrollo e Sistema Productivo. Brasília; Valência: Sebrae; Universitat Valencia, 2016. p.366.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação Financeira. Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/enef/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Base Nacional Curricular Comum. Brasília: 2017.

BRAUNSTEIN, Sandra.; WELCH, Carolyn. Financial literacy: An overview od practice, research, and policy. **Federal Reserve Bulletin**, Estados Unidos, p. 445-457, nov./2002.

Disponível em <https://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2002/1102lead.pdf> Acesso em: 30 de agosto de 2021.

BRITO, R.; P. MINARI, P. (2015). Será que o brasileiro está poupando o suficiente para se aposentar? **Revista Brasileira de Finanças**, v.13, p.1-39.

BULL, I.; WILLARD, G. E. Towards a theory of entrepreneurship. **Journal of business venturing**, v. 8, n. 3, p. 183-195, 1993. doi.org/10.1.1.458.709&rep=rep1&type=pdf

CABRAL, B, B. Educação Financeira: O primeiro passo para o consumo consciente. Acadêmico mundo Multidisciplinar. Bahia, v. 1, n. 2, out. 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1DdfEwGddXBHt6wun8w-RzyD2wpoZA-2e/view>. Acesso em 12/09/2021.

CAMARGOS, M. A., ARAÚJO, E. A. T., & CAMARGOS, M. C. S. (2012). A inadimplência em um programa de crédito de uma instituição financeira pública de Minas Gerais: uma análise utilizando regressão logística. **REGE-Revista de Gestão**, 19(3), 473-492.

CAMARGOS, M. A. D., *et al.* (2010). Fatores condicionantes de inadimplência em processos de concessão de crédito a micro e pequenas empresas do estado de Minas Gerais. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, 14(2).

CAMPARO, J. A geometrical approach to the ordinal data of Likert scaling and attitude measurements: The density matrix in psychology. **Journal of Mathematical Psychology**, v.57, n.1-2, p.29-42, February-April, 2013.

CAMPBELL, J. Y. Household Finance. **The Journal of Finance**, v. 61, n. 4, p. 1553-1604. 2006.

CANOVA, L.; RATTAZZI, A. M. M.; WEBLEY, Paul. The hierarchical structure of saving motives. **Journal of Economic Psychology**, v. 26, n. 1, p. 21-34, 2005.

CANEVER, M. D., KOHLS, V. K., LAGEMANN, M., & RIGATTO, P. (2013). Empreendedorismo: por que alguns estudantes e não outros escolhem ser empreendedores? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 13(1), 101-124. Rio de Janeiro, Brasil: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CARROLL, C. The buffer stock theory of saving: some macroeconomics evidence. **Brookings Papers on Economic Activity**, v. 2, p. 61-156, 1992.

CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro. Quanto pior, melhor: estudo da utilização da análise por envoltória de dados em modelos de análise de inadimplência/insolvência de empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. ja/abr. 2013, p. 71-96, 2013. Tradução . Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2013v10n19p71>. Acesso em: 19 out. 2023.

CHANDLER, G., DeTIENNE, D., MCKELVIE, A. y MUMFORT, T. Causation and effectuation processes: A validation study. **Journal of Business Venturing**, 26(3), 375–390. 2011

CHELARIU, C., BRASHER, T. G., OSMOMBKOV, T., & ZAIT, A. (2008). Entrepreneurial propensity in a transition economy: exploring micro-level and meso-level cultural antecedents. **Journal of Business & Industrial Marketing**, 23(6), 405-415.

CHEUNG, C., & AU, E. (2010). Running a small business by students in a secondary school: its impact on learning about entrepreneurship. **Journal of Entrepreneurship Education**, 13(1), 45-63.

CNC - Confederação Nacional do Comércio - O Perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2021 - PEIC: Pesquisa do Endividamento e Inadimplência do consumidor, 2021.

CONTO, S.M.; FALEIRO, S.N.; FUHR, I.J., KRONBAUER, K.A. O Comportamento de alunos do ensino médio do Vale do Taquari em relação às finanças pessoais - Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.8, n.2, mai./ago. 2015.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate** (ISSN: 2358-4122), São Paulo, v. 5, n. 1, p. 69 – 84, 2018.

costa, c. m.; miranda, c. j. Educação Financeira e taxa de poupança no Brasil - Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, ISSN 2238-5320, **UNEB**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 57-74, set./dez., 2013.

cruz et al, 2017. Educação Financeira para crianças e adolescentes na região metropolitana de Curitiba – **Revista Estação Científica** - Juiz de Fora, nº17, jan–jun / 2017.

D'AQUINO, C. **Ganhei um dinheirinho**. Ed. Moderna, 2008.

DE WIT, G.; VAN WINDEN, F.A. An empirical analysis of self employment in the Netherlands. **Small Business Economics**, Dordrecht, v. 1, n. 4, p. 263–272, 1989.

DOLABELA, Fernando. **O Segredo de Luísa**. 14ª Ed. São Paulo: Cultura, 2005.

CANEVER D. *et al* - Empreendedorismo: por que alguns estudantes e não outros escolhem ser empreendedores? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. 2013;13(1):101-124. Acesso em 10/12/2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844510007>

EDMONDSON, D. R. Likert Scales: a history. In: XII CHARM - Conference on Historical Analysis and Research in Marketing. **Anais**. Long Beach, California, April-May, 2005.

ELMUTI, D., KHOURY, G., & OMRAN, O. (2012). Does entrepreneurship education have a role in developing entrepreneurial skills and venture's effectiveness? **Journal of Entrepreneurship Education**, 15(1) 83-98.

FELIPE, I.J.S; CERIBELI, H.B.; LANA, T.Q. Investigating the level of Financial Literacy of university students- RACE, Joaçaba, v. 16, n. 3, p. 845-866, set./dez. 2017 | E-ISSN: 2179-4936.

FERREIRA. R. **Como Planejar, Organizar e Controlar seu Dinheiro**. Thomson IOB. São Paulo: 2006.

FIORI ET AL., 2018 - O de efeito da Educação Financeira sobre a relação entre a inadimplência e trabalhadores na cidade de Manaus - REVISTA Sinergia, Rio Grande, v. 21, N. 2, p. 31-45, JUL./DEZ. 2017 32.

FLORES, S. A. M. VIEIRA, K. M., CORONEL, D. A. (2013). Influência de Fatores Comportamentais na Propensão ao Endividamento. **Revista de Administração FACES Journal**, 12(2), 13–35. <https://doi.org/10.21714/1984-6975FACES2013V12N2ART808>

FRANZONI, P.; QUARTIERI, M. T. Investigação matemática e educação financeira: manifestações de aprendizagem em um curso de licenciatura - **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 21, n. 68, p. 487-512, jan./mar. 2021.

FREITAS, P. G. Poupança precaucional no Brasil: uma análise com microdados da POF. 2010. **Dissertação (Mestrado)** – Insper, São Paulo, 2010.

Freire, A. C., & Freire, F. M. Causas da inadimplência nas instituições de ensino superior e meios de reduzi-la. **Renefara**, 5(5), 2014.

GALLERY, N.; GALLERY, G.; BROWN, K.; FURNEAUX, C.; PALM, C. Financial literacy and pension investment decisions. **Financial Accountability & Management**, EUA, v. 27, n. 3, p. 286-307, 2011.

García-Mata, O. (2021). Alfabetismo financiero entre millennials en Ciudad Victoria, Tamaulipas, México. **Estudios Gerenciales**, 37(160), 399-412.

GARCIA, *et al.* Empreendedorismo acadêmico no Brasil: uma avaliação à criação de empresas por alunos universitários. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.1, n.3, 2012.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002. 175-175 ISBN 8522431698.

GIOVANELA, A., GOUVEIA, A. B. C. T. de, FRÂNCIO, S., & DALFANO, O. (2010). As características da disciplina de empreendedorismo em Instituições de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, 3(1), 69-84. doi: 10.5007/1983-4535.2010v3n1p69

GOURINCHAS, P. O.; PARKER, J. Consumption over the life cycle. **Econometrica**, v. 70, n. 1, p. 47-89, 2002.

GUIMARÃES, I. A., & CHAVES N., A. Reconhecimento de padrões: metodologias estatísticas em crédito ao consumidor. **RAE eletrônica**, 1(2), 2002, p. 02-14.

GUROL, Y.; ATSAN, N. Entrepreneurial characteristics amongst university students: Some insights for entrepreneurship education and training in Turkey. **Education + Training**, Malden, EUA, v. 48, n. 1, p. 25-38, 2006.

HALFELD, Mauro. **Investimentos – Como administrar melhor seu dinheiro**. 1 ed. São Paulo, SP. Fundamento, 2001.

HEADD, B. Redefining Business Success: Distinguishing Between Closure and Failure. **Small Business Economics**, 21(1), 51-61. 2003.

HERLING, et al. A Inadimplência nas Instituições de Ensino Superior: um estudo de caso na Instituição XZX - Revista GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 126-142, abr. 2013

HERNÁNDEZ, J. G. V.; ZAMORA, D. I. M. Educación Fianciera VS Programas Universitarios - **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 212-255, jul./dez., 2018.

HISRICH, R. D. Empreendedorismo. In: PETERS, M. P. (Ed.). **Empreendedorismo**. Tradução de Lene Belon Ribeiro. Cidade: Bookman Editora, 2004.

HUSTON, Sandra J. Measuring Financial Literacy, 2010 – **The Journal of Consumer Affairs** – Volume 44, Issue 2 Special Issue: Financial Literacy.

IBQP – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade – Relatório Empreendedorismo Brasil 2019. Disponível em <https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

JACOB, Katy et al. **Tools for survival: An analysis of financial literacy programs for lower income families**. Chicago: Woodstock Institute, Jan/2000.

JOBIM, S. S. A.; LOSEKANN, V. L. Alfabetização Financeira: Mensuração do Comportamento e Conhecimento Financeiros dos Universitários da Universidade da Região da Campanha, Rio Grande do Sul - Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 28, n. 02, MAI/AGO 2015, p. 125 – 139.

JOHNSON, S., M. FREEMAN, and P. STAUDENMAIER, Manic tendencies are not related to being an entrepreneur, intending to become an entrepreneur, or succeeding as an entrepreneur. **Journal of Affective Disorders**, 2015. 173: p. 154-8.

KATONA, G. **Psychological economics**. Elsevier, 1975.

KEYNES, J. M. **General theory of employment, interest and money**. Atlantic Books, 2006.

LAUTENSCHLAGER, A., & HAASE, H. (2011). The myth of entrepreneurship education: seven arguments against teaching business creation at universities. **Journal of Entrepreneurship Education**, 14(1), 147-161

LEMOS, C. G.; BUENO, J. M. H.; da SILVA, P. L.; GENICOLO, V. C. Referenciais de carreira e identidade profissional em estudantes universitários. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Vol. 27 N.º. 2, p. 208-223, 2007.

LINDQUIST, M. J., SOL, J., & VAN PRAAG, M. Why do entrepreneurial parents have entrepreneurial children? **Journal of Labor Economics**, 33(2), 2015, p. 269-296.

LOCKE, E. A. Motivation, cognition and action: an analysis of studies of task goals and knowledge. **Applied Psychology: An International Review**, Weinheim, Alemanha, v. 49, p. 408–429, 2000.

LUSARDI, A., MITCHELL, O. S. Financial Literacy and Retirement Planning in the United States. **NBER Working Paper Series**, n. 17108, June. 2011.

MACEDO, Roberto. **Poupança e investimento: o que vem primeiro?** 2016. Disponível em: <https://espacodemocratico.org.br/artigos/poupanca-e-investimento-o-que-vem-primeiro/> Acesso em: 20 de setembro 2021.

MAGRO et al. O efeito da família no comportamento financeiro de adolescentes em escolas públicas - Rev. Cont Org (2018), v. 12.

MALUF et al., 2021. Alfabetização financeira dos universitários lusófonos: Evidências de uma universidade do interior do Ceará, Brasil - Research, Society and Development, v. 10, n. 9, e20210917527, 2021.

MARQUES, et al. - Finanças Pessoais: uma análise do comportamento de estudantes de ciências contábeis - Race, Joaçaba, v. 17, n. 3, p. 819-840, set./dez. 2018 | E-ISSN: 2179-4936

MARQUES, R. A.; TEIXEIRA, F. J. S. Savings in Brazil: individual, institutional and public determinants. Estudos Econômicos, v. 49, n. 3, p. 685-716, 2019.

MEDEIROS, F. S. B.; LOPES, T. A. M. Finanças Pessoais: um estudo com alunos do curso de ciências contábeis de uma IES privada de Santa Maria – RS - Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.7, n.2, mai./ago. 2014.

MELO, J. M.; MOREIRA, C.S. Educação Financeira Pessoal: Um estudo com discentes de Ciências Contábeis - RC&C - Revista Contabilidade e Controladoria, Curitiba, v. 13, n. 2, p.151-169, mai./ago. 2021.

MINAYO, M. C. D. S. Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. D. S. (Ed.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21. Petrópolis: Editora Vozes, v.21, 2002. p.80.

MISHKIN, E. Gender and sibling dynamics in the intergenerational transmission of entrepreneurship. **Management Science**, 67(10), 2021, p. 5969-6627.

MITCHELL, R. K.; BUSENITZ, L. W.; BIRD, B.; GAGLIO, C. M.; MUELLER, S. L.; THOMAS, A. S. Culture and entrepreneurial potential: a nine country study of locus of control and innovativeness. **Journal of Business Venturing**, Bloomington, EUA, v. 16, p. 51-75, 2000.

MORENO, G. J., Gómez-Araujo, E., & Castillo-De Andreis, R. Parental role models and entrepreneurial intentions in Colombia. **Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies**, 12(3), 2019, p. 413-429.

MOREIRA, R.C.; CARVALHO, H. L. F. S. As Finanças Pessoais dos professores da rede municipal de ensino de Campo Formoso -BA: Um estudo na Escola José de Anchieta - Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, UNEB, Salvador, v. 3, n. 1, p. 122-137 jan/abr., 2013.

MOREIRA, A. B.; SILVEIRA, M. Determinantes da taxa de poupança das famílias brasileiras: evidência microeconômica com as POFs 2002-2003 e 2008-2009. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2070).

MOROZ, P. W., & HINDLE, K. (2012). Entrepreneurship as a process: Toward harmonizing multiple perspectives. **Entrepreneurship Theory and Practice**, 36(4), 2012, p. 781-818.

MOTA, E. F. Poupança, investimento e crescimento econômico: uma análise para o Brasil. 2017. **Dissertação (Mestrado em Economia)** - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

~pOECD/INFE. International Survey of Adult Financial Literacy Competencies. OECD/INFE (12 oct 2016). <https://www.oecd.org/finance/oecdfinancial-literacy-study-finds-many-adults-struggle-with-money-matters.htm>.

OECD - Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira – disponível em [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf), acesso em 30 de agosto de 2021.

PEDROSA, C. K. A.; COSTA LIMA, J. E. N. Competências e Intenções Empreendedoras: um estudo acerca da percepção dos discentes de universidades públicas na pandemia do COVID-19. 19º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo, 2022.

PEREIRA, Glória. **A energia do dinheiro: Como fazer dinheiro e desfrutar dele**. Elsevier, 2003.

PETERSON, R. T., & LIMBU, Y. Student characteristics and perspectives in entrepreneurship courses: a profile. **Journal of Entrepreneurship Education**, 13(1), 2010, p. 65-83.

PICCINI, R. A. ., & PINZETTA, G. (2014). Planejamento financeiro pessoal e Familiar. **Unoesc & Ciência - ACSA**, 5(1), 2014, p. 95–102.

POTRICH, A. C. G., VIEIRA, K. M., & KISCH, G. (2014). Você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira. **Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais**. São Paulo, SP, Brasil, 01.

RIBEIRO, P. F. Consumo, poupança precaucionária, lei de crédito consignado e impacto sobre alocação de ativos e distribuição de consumo. **Tese (Doutorado) – Escola de Economia de São Paulo**, São Paulo, 2015.

ROCHA, E. L. C., FREITAS, A. A. F. - Avaliação do Ensino de Empreendedorismo entre Estudantes Universitários por meio do Perfil Empreendedor - **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, art. 5, pp. 465-486, Jul./Ago. 2014

RONCON, P. F., MUNHOZ, S. Estudantes de enfermagem têm perfil empreendedor? **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 62, n. 5, p. 695-700, 2009.

RHA, J. Y.; MONTALTO, C. P.; HANNA, S. D. The effect of self-control mechanisms on household saving behavior. **Financial Counseling and Planning**, v. 17, n. 2, p. 3-16, 2006.

ROSÁRIO, A. E. M. Propensão ao empreendedorismo dos alunos finalistas da Universidade do Porto. Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto. **Tese de Mestrado em Inovação e Empreendedorismo Tecnológico**, 2017.

SALLES, F. F. Determinantes da taxa de poupança dos Estados Brasileiros. **Dissertação (Mestrado em Economia)** - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

SANTOS ET AL., 2017 - Déficit de Alfabetização Financeira induz ao uso de empréstimos em mercados informais - **RAE São Paulo** V. 58 N. 1 JAN-FEV 2018 44-59.

SANTOS ET AL. O Papel da Educação Financeira no Endividamento: estudo de servidores de uma instituição pública de ensino do estado de São Paulo - *Revista de Administração de Roraima*, v. 10, 2020.

SAVÓIA, J.R.F.; SAITO, A.T.; SANTANA, F.A. Paradigmas da Educação Financeira no Brasil - **RAP** Rio de Janeiro 41(6):1121-41, NOV./DEZ. 2007.

SERASA – **Mapa da Inadimplência no Brasil** – maio de 2021. Disponível em <https://www.serasa.com.br/assets/cms/2021/Mapa-da-Inadimplencia-no-Brasil.pdf> acesso em 14/09/2021.

SILVA, A.; POWELL, A. Currículos de educação financeira para a escola nos Estados Unidos. **Revista de Educação, Ciência e Matemática**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 19-35, set./dez. 2016. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/4235/2209>. Acesso em: 8 jun. 2019.

SHANE, S., LOCKE, E. A., & COLLINS, C. J. Entrepreneurial motivation. *Human Resource Management Review*, 13(2), 2003, p. 257-279.

SHANE, S., & VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of Management Review*, 25(1), 2000, p. 217-226.

SHAPERO, A., & SOKOL, L. (1982). **The social dimensions of entrepreneurship**. In *Encyclopedia of Entrepreneurship*. 1982, p. 72-90.

SILVA et al. Alfabetização Financeira Versus Educação Financeira: Um Estudo do Comportamento de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas - **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, UNEB, Salvador, v. 7, n. 3, p. 279-298, set./dez., 2017.

SILVA, W. J.; CARRARO, W. B. W. H.; SILVA, M. de L. F. A contabilidade como instrumento de controle e planejamento financeiro pessoal. **Congresso de Contabilidade da UFRGS**, II, 2017, Porto Alegre.

SILVA et al. Finanças Pessoais e Educação Financeira: O Perfil dos Servidores Públicos de um município do Centro Oeste Brasileiro - *Revista UNEMAT de Contabilidade*. Volume 5, Número 10 Jul./Dez. 2016.

SILVA et al. Habilidades matemáticas e o conhecimento financeiro no ensino médio. **Rev. Cont Org.**, v. 12: e147, 2018.

SOARES, ET AL, 2023 - Influência do suporte parental na intenção empreendedora de estudantes universitários: evidências empíricas no Brasil - **Cad. EBAPE.BR**, v. 21, nº 2, Rio de Janeiro, e2022-0121, 2023.

SOMAN, D.; ZHAO, M. The fewer the better: Number of goals and savings behavior. **Journal of Marketing Research**, v. 48, n. 6, p. 944-957, 2011.

SOTO, J.M.S.; NÚÑES, B.A.; LÉON, A. P. Variables que afectan la intención empreendedora en los estudiantes universitarios. VII Congreso Virtual Internacional Transformación e Innovación en las Organizaciones (noviembre 2019).

STANDARD & POOR'S RATINGS SERVICES GLOBAL FINANCIAL LITERACY SURVEY. **Financial Literacy Around the World**. Disponível em https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Finlit_paper_16_F2_singles.pdf acesso em 13 de setembro de 2021.

STANIEWSKI, M. W., & AWRUK, K. (2021). Parental attitudes and entrepreneurial success. **Journal of Business Research**, 123, 2021, p. 538- 546.

STEWART Jr, W. H., & ROTH, P. L. (2001). Risk propensity differences between entrepreneurs and managers: a meta-analytic review. *Journal of Applied Psychology*, 86(1), 145.

SUITER, M.C.; McCORKLE, S. Money Math: Lessons for Life. St. Louis: The Curators of the University of Missouri, 2008. Disponível em: Acesso em: 20 set. 2011.

TEIXEIRA, A. F.; SILVA, R. A. Créditos de difícil recebimento: crédito, cobrança, inadimplência e os seus tratamentos contábeis. 1. ed. Franca: **Facef**, 2001. p. 19-20.

TEIXEIRA, S. S. A Educação Financeira como tema transversal na educação básica. **Dissertação de Mestrado** - Universidade Federal de Goiás - 2020.

TOLOTTI, M. **Dívidas: conheça os tipos de endividados e saiba evitar essa situação**. **Infomoney**. 18 de outubro de 2010. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/dividas-conheca-os-tipos-de-endividados-e-saiba-evitar-essa-situacao/> acesso em 14 de setembro de 2021.

TROPE, Y.; LIBERMAN, N. Temporal construal. **Psychological review**, v. 110, n. 3, p. 403, 2003.

TWUMASI et al. Does financial literacy inevitably lead to access to finance services? Evidence from rural Ghana - *Ciência Rural*, Santa Maria, v.52:3, e20210112, 2021.

VAN ROOIJ, Maarten, LUSARDI, Annamaria, e ALESSIE, Rob. Financial literacy and stock market participation. **Journal of Financial Economics** 101.2: 449-472. 2011.

VAN STEL, A. J.; STOREY, D. J. The Link between firm births and job creation: Is there a Upas tree effect? **Regional Studies**, Londres, v. 38, n. 8, p.893-909. 2004.

WANG, Clement, K. WONG, Poh-Kam. Entrepreneurial interest of university students in Singapore. **Technovation** 24. 2004.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO**Perfil sócio econômico****Gênero:** () M () F**Idade:****Estado Civil:** () Solteiro (a) () Casado (a) () Divorciado (a) () Viúvo (a) ()
Outra**Ocupação:** () não estou trabalhando no momento () autônomo () empregado
carteira assinada () empresário**Profissão:** _____**Qual semestre está cursando?** _____**Faixa de Renda:** () Até 1 salário mínimo () De 1 a 2 salários () De 2 a 3
salários () de 3 a 5 salários () mais de 5 salários. *salário mínimo 2021 = R\$
1.100,00.

1) Possui endividamento? () Sim () Não *Endividamento: Empréstimo pessoal, cartão de crédito, financiamento de veículo, FIES, crédito imobiliário, utilização frequente do cheque especial, outras linhas de crédito com pagamentos mensais.

2) Possui empréstimos parcelados? () Sim () Não *Crédito pessoal, financiamento de veículo, crédito imobiliário, renegociação.

3) As parcelas do endividamento, quando somadas, comprometem qual percentual da sua renda?

() menos de 15% () entre 15 e 30% () entre 30 e 50% () acima de 50%

4) Já atrasou alguma dívida? () Sim () Não () Não me lembro

5) Alguma vez já precisou renegociar alguma dívida? () Sim () Não

6) Está com o “nome limpo” no momento? () Sim () Não () Não sei

*considerar “nome limpo” como sem apontamentos no SERASA, SPC, protesto em cartório ou serviço de proteção ao crédito.

7) Se considera capaz de honrar suas dívidas em dia nos próximos 6 meses?

Sim Não Talvez não Não sei informar

8) Você compreende o significado de “Educação Financeira”?

Sim Não Não sei opinar.

9) No período em que foi aluno da educação básica, você estudou Matemática Financeira?

Sim Não

10) Na sua opinião, o conteúdo de Matemática Financeira visto na escola possibilita uma boa Educação Financeira?

Sim, pois a partir dos conceitos estudados é possível compreender e desenvolver os valores e as competências necessários para tomar ciência das oportunidades e riscos e, então, fazer escolhas bem informadas.

Não, pois os conteúdos estudados não auxiliam o aluno no desenvolvimento da capacidade de planejar sua vida, sua família, e tomar boas decisões financeiras.

Não sei opinar.

11) Já teve ensino formal de Educação Financeira?

Sim Não Não me lembro

12) *Se não: Já teve contato com conceitos de Educação Financeira de forma independente? Ex: Vídeos, leituras, tem interesse pelo assunto.

Sim Não

13) Tem o hábito de poupar dinheiro mensalmente?

Sim Consigo às vezes Muito raramente Não

14) Possui alguma reserva de valor em algum investimento neste momento?

() Sim () Não

15) Tem algum objetivo definido para essa reserva?

() Para adquirir algum bem () Para emergências () Para aposentadoria

() Não tenho um objetivo definido () Não tenho valor investido

16) Se Sim: Quanto esse valor representa da sua renda?

() Até uma vez a sua renda () entre 1 até 3 vezes () mais de 3 até 5 vezes

() entre 5 e 10 vezes () mais de 10 vezes.

17) Pretende ter um negócio próprio? () Sim () Não () Não sei () Já tenho um negócio

18) Se sim, pretende empreender em até 3 anos? () Sim () Não

19) Tem algum empreendedor na família (pai, mãe ou irmão)? () Sim () Não

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa que tem como tema **EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Inadimplência e formação de poupança entre os universitários propensos ao empreendedorismo no município de Taquara RS** desenvolvido pelo mestrando Sandro Lima Schwan, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação do professora Dra. Dilani Silveira Bassan.

O objetivo central do estudo é buscar maior entendimento sobre a influência da Educação Financeira, mais especificamente da inadimplência e da poupança na formação de novos empreendedores no Município de Taquara RS. Este estudo justifica-se devido ao fato de que a dificuldade de acesso a crédito para empreender foi o principal motivo apontado pelos empreendedores segundo pesquisa GEM (2019).

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Devido a confidencialidade do questionário e a não identificação do participante, não será possível a retirada de sua participação após o envio das respostas. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou desistir. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Fica garantido o direito do participante de não responder qualquer pergunta do questionário sem prejuízo da sua participação, bem como o acesso ao conteúdo do questionário antes mesmo de sua participação.

O pesquisador do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e com a privacidade da identidade dos participantes, e não fará uso dessas informações para outras finalidades, sendo obtido qualquer dado que possa identificá-lo na divulgação da pesquisa. Somente após a análise dos dados obtidos é que será divulgado o resultado coletivo referente ao estudo realizado.

Serão tomadas as seguintes medidas e/ou procedimentos para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas: A) seu nome não será revelado na pesquisa. B) Somente o pesquisador e sua orientadora que se comprometeram com o sigilo e a privacidade dessa pesquisa, terão acesso aos seus dados pessoais.

Se houver algum dano, comprovadamente decorrente da presente pesquisa você estará amparado pela Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A sua participação consistirá em responder ao pesquisador do projeto perguntas de um questionário composto de 20 questões.

Os questionários serão transcritos e armazenados, em arquivos digitais, mas somente terão acesso o pesquisador e sua professora orientadora.

Os resultados desta pesquisa serão publicados na forma de dissertação e serão examinados perante banca avaliadora. Os resultados serão sintetizados e disponibilizados à coordenação para envio aos participantes.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 510/2016 e orientações do CEP/FACCAT e com o fim deste prazo, serão descartados.

O benefício indireto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa resultará no aprofundamento da temática sobre a influência da Educação Financeira em um âmbito até então pouco explorado, que é o da formação de empreendedores. Conhecer essa influência poderá contribuir para novas políticas de Educação Financeira, que terão reflexo nos níveis de inadimplência, poupança da população e auxiliarão na formação de novos empreendedores.

O presente estudo apresenta riscos mínimos relacionados ao possível desconforto ao lhe fazer algumas perguntas pertinentes ao tema. Mas, se eventualmente isso ocorrer, o participante poderá deixar de responder à questão sem prejuízo de sua participação. Embora existam riscos relacionados a pesquisas em ambientes virtuais, o pesquisador se compromete com a segurança de suas informações pelo

caráter anônimo da pesquisa e por seguir as normas da Resolução 510/2016 e pela lei federal LGPD 13709/2018.

Se você tiver perguntas com relação a seus direitos ou questões éticas como participante deste estudo, você também pode contar com um contato imparcial junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faccat, situado no 2º piso do Prédio administrativo – Campus das Faculdades Integradas de Taquara.

Desde já agradeço sua disponibilidade na participação deste trabalho e coloco-me à disposição para quaisquer informações adicionais que possam ser necessárias. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar informações sobre sua participação ou sobre a pesquisa ao pesquisador. Este termo deverá ser assinado em duas vias, todas as páginas deverão ser rubricadas, uma fica com você e a outra deve ser entregue ao (à) pesquisador.

Pesquisador: Sandro Lima Schwan

Tel.: (51) 98145-3376

E-mail: sandroschwan7@gmail.com

Professora orientadora: Dra. Dilani Silveira Bassan

Tel.: (51) 98159-4099

E-mail: dilanib@faccat.br